40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PROGNÓSTICOS DA PECUÁRIA E DA CANA-DE-AÇÚCAR

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 8 Nº 6 JUNHO DE 1984

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS BIBLIOTECA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

338.105
0004
p
v.8, n.6, jun. 1984

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Ao final do primeiro semestre, tem-se como muito provável que haverá dificuldade no abastecimento interno no decorrer de 1984, em razão das pequenas safras realizadas de importantes gêneros alimentícios, atenuada, contudo, pela queda que se vem verificando no consumo. Em conseqüência e para evitar maior ascensão de preços, é possível que sejam importados vários produtos, o que será facilitado pela disponibilidade de recursos originários de superávit na balança comercial.

Por outro lado, a grande pressão pelos **Empréstimos do Governo Federal**, *no início da safra, é sempre ampliada em meados do ano, pelo andamento do plantio dos cereais* **de inverno**. *O atual período, porém, não pode ser comparado aos anteriores, dada a magnitude das dificuldades que enfrenta a economia do País. Fez-se necessária a prorrogação do vencimento da primeira parcela do* **crédito de custeio**, *o que, em aparência, seria um benefício para os produtores rurais. No entanto, tendo contraído empréstimos com 85% de correção monetária e 3% de juros, os agricultores deverão pagar 100% de correção e a mesma taxa de juros pela parcela prorrogada, significando mais ônus, no próximo vencimento. Apesar das condições terem sido mais brandas do que seria se fosse aplicada a punição pelo atraso puro e simples do pagamento (correção plena e 12% a.a.), a nova medida possui indisfarçável caráter paliativo.*

Neste número de **Agroanalysis**, *procura-se analisar a trajetória recente e traçar um prognóstico para a próxima safra das principais atividades criatórias (avicultura, pecuária de corte e suinocultura) e da cana-de-açúcar. Na pecuária, as características do ciclo produtivo dos bovinos influenciam fortemente o mercado das carnes em geral, bastante afetado pelo período recessivo, tanto no âmbito interno, como no internacional (notadamente no caso da avicultura). São também abordadas as características do cultivo e do mercado de um vegetal economicamente promissor, só há pouco introduzido no Brasil: a jojoba. Planta rústica, poderá converter-se, em alguns anos, em opção atraente para o plantio nas regiões mais áridas do Nordeste. Seus múltiplos usos fazem de seus subprodutos matérias-primas valiosas, assegurando-lhes importante papel em futuro não muito distante, principalmente quando houver melhores condições para novos empreendimentos.*

Infelizmente, não se pode, ainda, garantir a consistência e a longevidade dos indicadores de recuperação que emergiram em algumas áreas de economia, principalmente naquelas que, de alguma maneira, possuem vínculos com o segmento exportador. Por mais tênues que sejam, as informações referentes a bons desempenhos, em meio à crise, constituem uma esperança saudável para um País ainda em construção e que precisa suplantar suas dificuldades.

SUMÁRIO

PROGNÓSTICO DOS PRODUTOS ANIMAIS

- Avicultura 2
- Pecuária de Corte 5
- Suinocultura 12

PROGNÓSTICO DE PRODUTOS VEGETAIS

- Cana-de-Açúcar 14

ENSAIO ESPECIAL

- Jojoba 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 24

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

- Alho 28
- Algodão Herbáceo 30
- Algodão Arbóreo 32

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 33

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 34
- Mercado Interno 36
- Relativos 38

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 40

AVICULTURA

À FALTA DE UM PLANO DE DIFUSÃO DAS VANTAGENS COMPARATIVAS DA CARNE AVÍCOLA JUNTO AO CONSUMIDOR, A RENTABILIDADE DA AVICULTURA CONTINUARÁ DEPENDENTE DOS PREÇOS DA CARNE BOVINA OU DO NÍVEL DA SAFRA DO MILHO. A MERA REDUÇÃO DA OFERTA PARA VIABILIZAR A ATIVIDADE SÓ PODE SER VISTA COMO SOLUÇÃO PALIATIVA E TRANSITÓRIA.

Embora o frango de corte esteja pronto para abate em menos de dois meses, sua relação de preço com o boi gordo (cujo abate dá-se aos quatro anos de idade, em média) é muito estreita. Essa correlação deve-se à preferência pela carne bovina por parte da população, que, a uma baixa de preços ou melhoria salarial, opta sempre por adquirí-la em maior quantidade, influenciando negativamente o consumo e os preços da carne avícola.

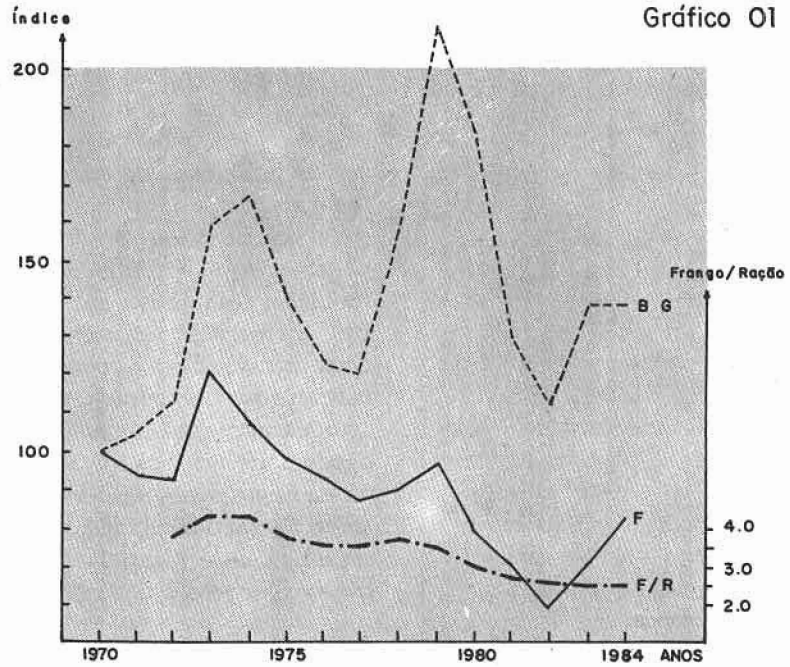
A evolução do preço real do boi gordo no período 1970–83 apresentou picos em 1974 e 1979, enquanto os vales ocorreram em 1977 e 1982, configurando dois ciclos pecuários. Sintomaticamente, observa-se que, em 1977 e 1982, o preço real do frango de corte alcançou seus mais baixos níveis. Todavia, é de se notar que a amplitude entre os picos de alta do preço recebido pelos produtores de ambas as carnes acentuou-se no final da década passada, culminando, em 1980, com diferença da ordem de 142%, enquanto fora de apenas 63% em 1974 (ver Gráfico 01).

A explicação para este fato encontra-se na evolução dos salários, pois foi a sua corrosão gradual, a partir de fins da década de 70, que passou a ditar alterações nos hábitos de consumo da população.

O Gráfico 02 mostra como se deu, desde 1970, a evolução do quociente entre o salário mínimo e os preços no varejo, tanto da carne bovina quanto do frango limpo. No biênio 1973–74, o poder de compra anual do salário

SÃO PAULO – ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS ANUAIS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOI GORDO (B G) E FRANGO (F) E EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DE PREÇOS FRANGO/RAÇÃO (F/R)
1970 A 1984

Gráfico 01



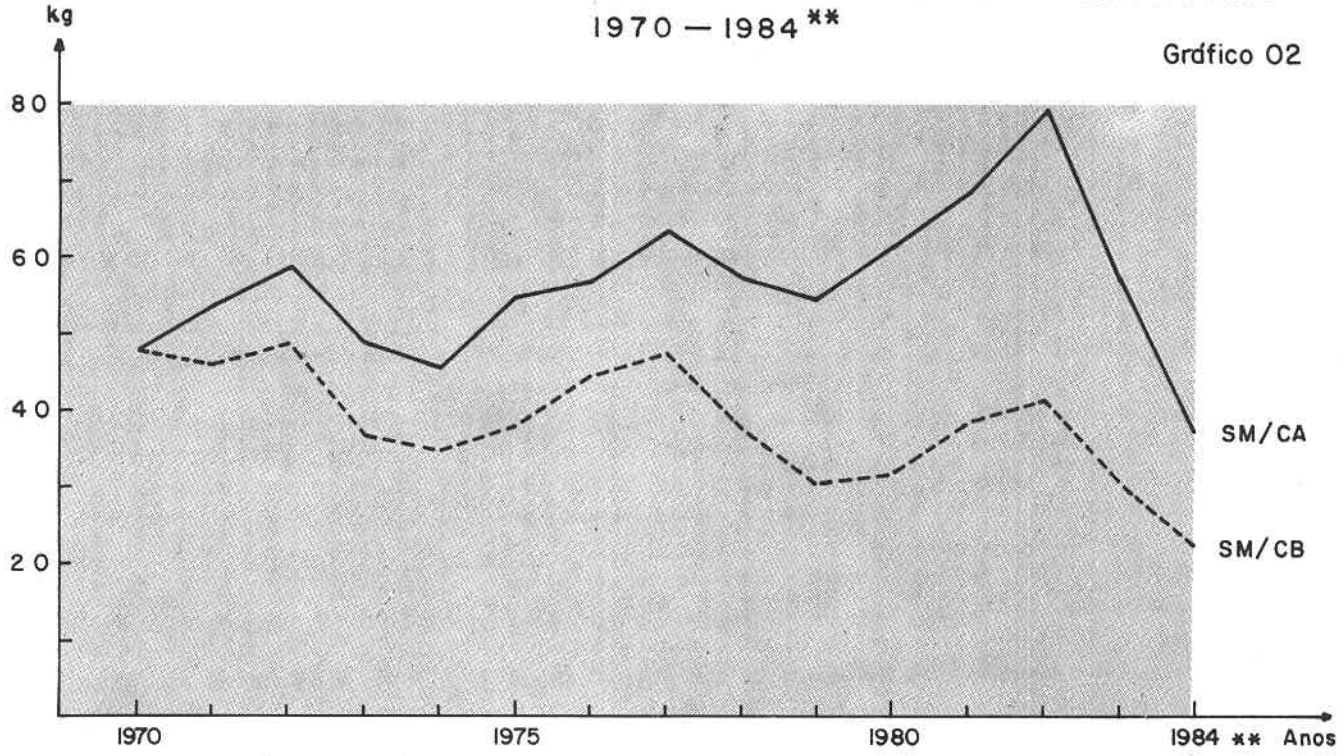
Corrigido pelo IGP, Col.2, da FGV, para 1970 janeiro/abril
Fonte dos dados básicos – IEA-SP

mínimo era de 36 kg de carne bovina e 48 kg de carne de aves. Ou seja, 33% a mais da carne avícola, cuja produção não ultrapassava a média de 443 mil t anuais, enquanto a oferta de carne bovina situava-se em 2.065 milhões de t. O ritmo crescente da economia brasileira, no período, assegurando à classe média a manutenção de seu poder de compra, facilitava-lhe o acesso à carne mais cara, reservando à carne de aves um papel menos importante na sua dieta alimentar.

Em 1979, a pretexto de reduzir o desequilíbrio na distribuição da renda, as modificações introduzidas na política salarial passaram a achatar o poder de compra da classe média

CIDADE DE SÃO PAULO — MÉDIA ANUAL DA CAPACIDADE DE COMPRA MENSAL DO SALÁRIO MÍNIMO* DE CARNE BOVINA E DE CARNE AVÍCOLA EM NÍVEL DE VAREJO 1970 — 1984 **

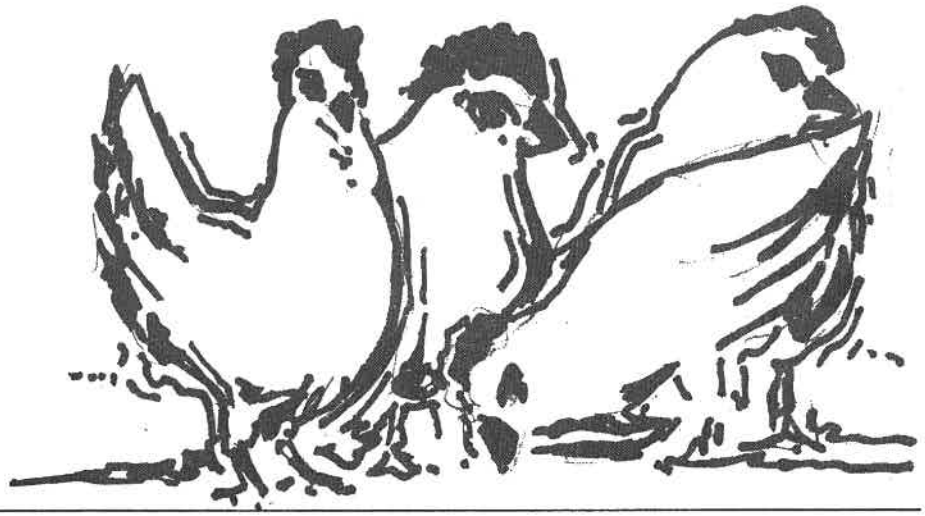
Gráfico 02



Fonte dos Dados Básicos – IEA/SP e Banco Central
* Incluindo o 13º Salário
** janeiro a abril

assalariada, provocando, desde logo, mudanças nos seus hábitos de vida. A partir de 1981, a crise econômica, até então embrionária, eclodiu com todas as suas características: taxa negativa de crescimento, desequilíbrio das contas internas e externas e inflação galopante. O governo acenou, então, com novas mudanças na política salarial, adotadas em 1983, quando o achatamento do poder de compra foi estendido a todas classes assalariadas. Atingindo mais diretamente a classe média, as mudanças na política salarial refletiram-se quase que imediatamente nos preços da carne bovina, que caíram abruptamente no período 1979–82, repercutindo, obviamente, na cotação da carne avícola. Daí o fato de a amplitude dessa variação de preços ter sido muito superior à havida na fase correspondente do ciclo pecuário anterior, quando a economia do país ainda apresentava crescimento.

O início, em 1983, de novo ciclo pecuário coincide, pois, com uma fase recessiva da economia, caracterizada por uma forte corrosão do poder de compra da população. Neste contexto, a opção pelo consumo da carne de frango seria a saída óbvia para a população, mas os níveis do salário mínimo são tão baixos que não permitem aumento real de preço, necessário, atualmente, para a reativação da atividade. A asserção é comprovada pelo poder de compra do salário mínimo em São Paulo, que durante o primeiro quadrimestre deste ano, foi de apenas 38 kg, contra 61 kg no mesmo período do ano passado. Apenas nos meses de maio e novembro, quando se reajusta o salário mínimo, a sua capacidade de compra se eleva.



Em 1984, a alta do preço do frango vem sendo obtida às custas de uma oferta intencionalmente menor, evidenciada pela ociosidade inédita na atividade de pintos de corte, que atingiu 31% entre janeiro e abril, superando até a defasagem entre a produção real e a potencial, da ordem de 23%, em 1982. Desta forma, de janeiro a junho, terão sido produzidas, segundo a **Apinco**, 633,4 mil t de carne de frangos, 15% a menos do que em igual período do ano passado.

A avicultura brasileira, ao procurar ajustar-se às atuais condições da economia do país, vem alterando seu perfil, mormente no que diz respeito à extinção gradual dos produtores independentes. De fato, as grandes criações integradas, localizadas, principalmente, no estado de Santa Catarina, vêm enfrentando a crise de consumo de forma muito mais adequada do que os criadores independentes, que ainda são a maioria no estado de São Paulo, por exemplo. A diversificação dos produtos ofertados, a propósito, passou a ser um dos grandes trunfos das criações integradas, para ampliar sua parcela de penetração nos mercados interno e externo.

Paralelamente, a maior disponibilidade de capital de giro torna as criações integradas menos vulneráveis a situações adversas do mercado de insumos, como a que houve no segundo semestre do ano passado, com a alta experimentada pela cotação do milho. Este fato, que praticamente pouco afetou as criações integradas, provocou o fechamento de diversas granjas independentes, a despeito da colocação de estoques da **CFP** através de leilões, em diversas **Bolsas** estaduais.

Neste contexto, não se vislumbra uma estabilidade no médio ou longo prazos para a avicultura como importante provedora de proteínas animais da população brasileira, a exemplo do que ocorre nos **EUA**. A inconstância da produção de milho seria um dos principais obstáculos à consolidação desta atividade no País. Além disso, falta um plano empresarial que ampare e divulgue o consumo desta carne, solucionando os problemas relativos à distribuição do produto avícola nos grandes centros urbanos. Na ausência de um programa de longo prazo, a avicultura brasileira segue apoiada ora na expectativa de uma boa safra de milho, que lhe reduza a escalada altista dos custos, ora num aumento do preço da carne bovina, que lhe garanta, ainda que temporariamente, melhor rentabilidade.

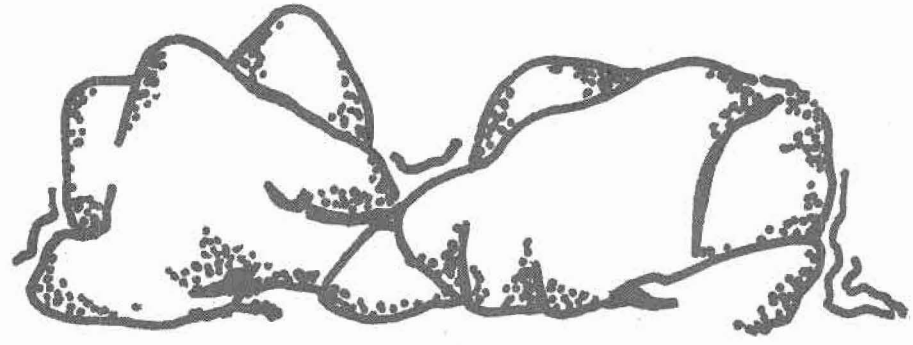
Até o momento, o quadro de abastecimento interno de insumos à avicultura prossegue sem maiores problemas, embora os dados mais recentes da safra de milho 1983/84 não ratifiquem os altos níveis de produção inicialmente anunciados. De acordo com as últimas estimativas da **CFP**, a produção nacional deverá ser de 21 milhões de t, mas esta quantidade ainda poderá ser reavaliada para menos. O resultado final dependerá da colheita da região Nordeste, tradicionalmente instável (até o momento, estima-se que a região produzirá 1,4 milhão de t). Além disso, ainda não foram estimados os prejuízos causados à safra gaúcha pelas recentes chuvas ocorridas no estado.

Quanto ao consumo do grão, a **CFP** prevê que será inferior a 20 milhões de t, o que, em princípio, caracterizaria um ano sem percalços no abastecimento interno, tendo em vista não só a produção da safra atual, mas também os estoques remanescentes, da ordem de um milhão de t. De fato, considerando-se que a avicultura manterá o mesmo ritmo apresentado até o momento, que a suinocultura continuará estagnada e que a retirada total do subsídio ao trigo será adiada novamente, a quantidade de milho consumida no País deverá ser muito semelhante à do ano passado, quando alcançou 19,7 milhões de t, de acordo com a **CFP**.

Por outro lado, as indústrias que abastecem as criações integradas dispõem de estoques de milho, no momento, suficientes apenas para o consumo de quinze dias, prevendo-se que, a partir do segundo semestre, haverá elevações reais no preço, com base nos prejuízos causados nas principais regiões produtoras do Centro-Sul do país, pelo veranico do início do ano.

Por outro lado, se a atividade criatória não sofrer estrangulamento no que diz respeito à oferta de milho, o minguado orçamento familiar, subproduto da atual política salarial, poderá constituir-se num fator de inibição da atividade. Paralelamente, os exportadores brasileiros de carne de aves têm sido bastante cautelosos ao projetarem o desempenho das vendas para este ano, que não deverão ultrapassar 250 mil t, 16% a menos do que o total embarcado no ano passado.

Estes fatores levam a crer, portanto, que prosseguirá, nos próximos meses, a ociosidade da produção de pintos de corte, uma vez que, do ponto de vista dos criadores, não há previsões otimistas quanto ao escoamento da produção.



PECUÁRIA DE CORTE

PELA PRIMEIRA VEZ, NOS ÚLTIMOS 30 ANOS, A ALTA DE PREÇOS DA CARNE BOVINA COINCIDE COM UMA FASE CRÍTICA DA ECONOMIA, REVESTINDO DE CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS O MERCADO. A REDUÇÃO DRÁSTICA DO CONSUMO INTERNO E O AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES SÃO AS DIFERENÇAS JÁ EVIDENTES, QUE TENDEM A SE ACENTUAR COM A PERDA DO PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO.

INTRODUÇÃO

Referencial básico do ciclo pecuário bovino, o preço do boi gordo vem sendo acompanhado sistematicamente, desde 1954. Como no ano inicial de registro os preços encontravam-se em fase ascendente, pode-se considerar que o primeiro ciclo regularmente conhecido começou em 1952. Assim, no período 1952–82, completaram-se cinco ciclos, com duração média de seis anos (ver **Agroanalysis**, vol. 1, nº 10 e vol. 8, nº 5), refletindo tanto os índices zootécnicos do rebanho quanto os acidentes climáticos e as variáveis econômicas de cada período. Não obstante a forte variação das taxas de desenvolvimento econômico, o desdobramento desses ciclos teve sempre como pano de fundo uma economia em expansão. Percorrendo, no longo prazo, uma trilha ascendente, os preços do boi gordo, de um certo modo, refletiram com nitidez o crescimento da economia no período mencionado.

O mais recente ciclo pecuário, iniciado em 1983, deverá revestir-se de características especiais porque, diferentemente dos anteriores, coincide com uma fase crítica da economia, marcada por forte recessão, inflação e salários achatados. Algumas dessas características já são claras: o preço médio do boi gordo em 1982 esteve abaixo do piso de 1977, que foi o vale do ciclo anterior e a majoração de preços em 1983 foi menor do que à verificada em 1978, ano correspondente do ciclo anterior. Outras características, como o aumento das exportações e a redução drástica do consumo interno já se tornam evidentes, e tendem a se acentuar com a continuidade da perda do poder de compra da população. Um outro aspecto que se vislumbra deverá ser a duração mais longa do ciclo, em função do prosseguimento, este ano, do abate de matrizes acima das taxas regulares, mesmo em fase de preços considerados compensadores.

". . . o aumento das exportações e a redução drástica do consumo interno já se tornam evidentes . . ."

PREÇOS

Em 1983, os preços reais médios dos produtos bovinos (bezerro, boi magro, boi gordo e carne) registraram aumentos expressivos, caracterizando o início da fase ascendente de um novo ciclo pecuário. Como já foi destacado em **Agroanalysis** (vol. 8, nº 1), as majorações foram mais fortes para os animais de reposição (bezerro: 37,0%; boi magro: 30,0%) do que para o boi gordo (17,0%) e carne bovina (11,0%). Muito embora o movimento de alta se tenha iniciado em abril, ou seja, em plena safra, é importante sublinhar que se concentrou praticamente em sete meses (abril/outubro), refletindo também a menor oferta sazonal de animais para abate no inverno. A partir de novembro, com a regularização do fluxo de bois gordos, em resposta à melhoria das pastagens com as primeiras chuvas, os preços passaram a acusar estabilidade ou altas nominais abaixo do índice inflacionário. Esta situação persistiu até o primeiro quadrimestre de 1984, com os preços reais do boi gordo e da carne bovina registrando declínio de 21% e 25%, respectivamente, no período novembro de 1983/abril de 1984 (ver Quadro 01).

Em 1984, não obstante o panorama do mercado fosse bastante diverso do de 1983, o preço do boi gordo, no Brasil Central, acusou uma escalada ascendente, no final de abril e começo de maio. Este movimento de preços, em verdade, colheu de surpresa os consumidores e as próprias autoridades governamentais, uma vez que novamente ocorreu em plena safra, quando as condições satisfatórias das pastagens favoreciam um fluxo normal de animais para matança. De fato, o caráter inesperado da alta tinha razão de ser, não só pela normalidade dos fatores fundamentais do mercado mas, principalmente, pela decisão governamental de não alocar recursos para a formação de estoque de carne congelada para distribuição na entressafra, quebrando uma rotina de dez anos. A ausência de um grande comprador no mercado nos meses

QUADRO 01 - PREÇOS REAIS(*) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO E PREÇOS DA CARNE BOVINA NO VAREJO, NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1982 (MÉDIA ANUAL), 1983 (MÉDIAS MENSAL E ANUAL) E 1984 (ATÉ ABRIL – MÉDIA MENSAL)

	PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO						PREÇOS NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	BEZERRO		BOI MAGRO		BOI GORDO		CARNE BOVINA	
	(Cr$/cab)	Índice média/82 = 100	(Cr$/cab)	Índice média/82 = 100	(Cr$/@)	Índice média/82 = 100	(Cr$/kg)	Índice média/82 = 100
1982								
Média	78.988,00	100	168.038,00	100	19.626,00	100	2.611,00	100
1983								
Janeiro	82.384,00	104	167.994,00	100	17.871,00	91	2.505,00	96
Fevereiro	85.218,00	108	175.527,00	104	17.490,00	89	2.573,00	99
Março	76.306,00	97	163.153,00	97	17.911,00	91	2.512,00	96
Abril	110.099,00	139	239.681,00	143	21.169,00	108	2.759,00	106
Maio	101.512,00	129	219.490,00	131	20.199,00	103	2.562,00	92
Junho	97.581,00	124	202.846,00	121	19.281,00	98	2.499,00	96
Julho	113.370,00	144	207.441,00	123	22.935,00	117	3.002,00	115
Agosto	125.774,00	159	228.266,00	136	24.293,00	124	3.027,00	116
Setembro	134.667,00	170	231.177,00	138	30.051,00	153	3.685,00	141
Outubro	133.270,00	169	272.725,00	162	29.338,00	149	3.407,00	130
Novembro	123.542,00	156	255.751,00	152	28.173,00	144	3.297,00	126
Dezembro	118.642,00	150	259.699,00	155	27.014,00	138	3.074,00	118
Média	108.530,00	137	218.646,00	130	22.977,00	117	2.908,00	111
1984								
Janeiro	121.296,00	154	206.947,00	155	26.260,00	134	3.117,00	119
Fevereiro	131.506,00	166	258.845,00	154	25.299,00	129	2.933,00	112
Março	138.883,00	176	264.572,00	157	23.629,00	120	2.702,00	103
Abril	141.107,00	179	275.960,00	164	22.250,00	113	2.480,00	95

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – IEA-SP

(*) Valor corrigido pelo IGP, da FGV, para abril de 1984.

de abril e maio, período em que tradicionalmente o grosso da carne é estocado, seria, pois, um poderoso elemento inibidor de preços. Atuando no mesmo sentido, poderia ainda ser citada a continuidade da política de achatamento salarial. No entanto, do final de abril a começo de maio, a cotação dos bois gordos, no Brasil Central, saltou de Cr$ 22 mil/@ para Cr$ 30 mil/@, no intervalo de vinte dias.

Numa fase de inflação galopante, na casa dos 230% anuais, a estabilidade de preços da matéria-prima, por um período, curto que seja, beneficia não só o consumidor mas, sobretudo, a indústria exportadora, que negocia em moeda forte, mormente quando as desvalorizações cambiais são constantes e superiores aos índices inflacionários. De certo modo, o recente aumento do boi gordo adveio de uma pressão de compra das indústrias exportadoras de carne bovina, favorecidas pela melhoria da relação cambial, após um período em que os preços internos aproximavam-se do limite da gravosidade. O fechamento de alguns contratos de vulto com países do Oriente Médio, para exportação de carne bovina, aumentou conjunturalmente a demanda de bois gordos.

Destaque-se, no entanto, que a recente alta de preços não foi generalizada no País. No Rio Grande do Sul, os preços prosseguiram relativamente estáveis durante o mês de maio, devido principalmente à menor pressão de compra das indústrias do estado, cuja capacidade ociosa, aliás, tem aumentado no corrente ano.

A majoração da carne bovina em

QUADRO 02 – ABATE DE BOVINOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL NOS PRINCIPAIS ESTADOS(*), NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO – 1983–84

DISCRIMINAÇÃO	1983				1984				VARIAÇÃO 1984/1983 (%)	
	CABEÇA	%	PESO MORTO (t)	PESO MÉDIO (kg)	CABEÇA	%	PESO MORTO (t)	PESO MÉDIO (kg)	CABEÇA	PESO MORTO
Boi	1.287.441	61,0	312.716,4	242,9	1.181.267	61,5	298.525,7	252,7	(8,2)	(4,5)
Vaca	816.250	38,6	145.063,8	177,7	734.310	38,2	132.480,1	180,4	(10,0)	(8,7)
Vitelo	8.510	0,4	192,2	22,6	4.963	0,3	97,2	19,6	(41,7)	(49,4)
TOTAL	2.112.201	100,0	457.972,4	216,8	1.920.540	100,0	431.103,0	224,5	(9,1)	(5,9)

FONTE – Sipa/MA

(*) (SP, PR, SC, RS, MS, MT, GO, MG, RJ, ES e PA).

A oferta de carne bovina, em 1984, deverá ser reduzida pela menor matança de vacas, muito embora as estatísticas preliminares referentes aos abates não ratifiquem a reversão do processo de liquidação do rebanho.

plena safra assoberbou mais ainda as preocupações governamentais, tendo em vista a perspectativa de ascensão demasiada dos preços no período da entressafra. Constituiu-se, assim, em subsídio ponderável para a decisão governamental de importar carne bovina, aceitando, em princípio, a proposta de empresas européias. Muito embora a quantidade de carne bovina a ser importada(*) não seja suficiente para regular o mercado no inverno, a decisão governamental vem provocando forte oposição dos pecuaristas, pelos prejuízos que acarreta tanto à liquidez da atividade, no curto prazo, como à estrutura da produção, no longo prazo.

(*) **Estimada em 100 mil t, metade para *draw-back*, metade para o abastecimento interno.**

De fato, o simples anúncio das importações provocou ligeira baixa nas cotações do mercado futuro da **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, cujos negócios para outubro tinham atingido em janeiro a cifra de Cr$ 65.390,00/@, 193,9% acima do preço médio do estado de São Paulo, em abril.

Segundo fontes especializadas no mercado, a oferta de carne bovina, em 1984, deverá ser reduzida, pela menor matança de vacas. As estatísticas relativas ao primeiro trimestre, embora preliminares, não ratificam a reversão do processo de liquidação do rebanho, iniciado no segundo semestre de 1981 (ver Quadro 02). De acordo com os dados do **Serviço de Inspeção dos Produtos Animais do Ministério da Agricultura (Sipa/MA)**, o abate de bovinos, no primeiro trimestre de 1984, alcançou 1.920.540 cabeças, representando uma queda de 9,1% em relação a igual período de 1983. A quantidade de carne, em termos de peso morto dos animais abatidos, declinou apenas 6%, devido ao aumento de 3,6% no peso médio das carcaças. De acordo com os dados constantes no Quadro 02, a matança de matrizes no primeiro trimestre persistiu elevada (38,2%), superando até a marca de 1982, para o mesmo período. Se a matança de matrizes acima dos percentuais normais de descarte persistir durante o corrente ano, o pico de preços do ciclo pecuário bovino atual não deverá concretizar-se em 1985, conforme previsão anterior. O caminho ascendente dos preços deverá ser trilhado até 1986 ou 1987, caracterizando um ciclo mais prolongado do que o anterior (1977/82).

Em relação ao movimento de preços dos produtos pecuários, é importante destacar que, no período entre novembro de 1983 e abril de 1984, em que o preço real do boi gordo declinou, o mercado dos animais de reposição manteve-se firme, com o preço do bezerro acusando uma alta de 14% acima da inflação e do boi magro, de 8%. (ver Quadro 01).

A firmeza do mercado de animais de reposição é ratificada também pelos resultados obtidos nos leilões de bezerros realizados no mês de maio em importantes centros criatórios (Uberlândia, Ituiutaba, Montalvânia) de Minas Gerais, organizadas pela **Emater–MG** e **Iesa–MG**. Nesses leilões, foram comercializados cerca de 5 mil bezerros de 6,5 a 7 @, ao preço médio de Cr$ 257.394/cabeça, 82,4% superior à cotação média do bezerro no mês de abril, em São Paulo. A grande preocupação dos técnicos organizadores desses eventos refere-

se às novilhas ofertadas, que despertaram muito pouco interesse por parte dos pecuaristas. Assim, a predisposição atual, que parece ser generalizada entre os criadores, de não investir capital próprio em atividade de mais longo prazo, como retenção de matrizes, põe em xeque a oferta futura da carne bovina do País, a partir de 1986. Aliás, a alocação de capital próprio dos criadores para a aquisição dos bezerros, pela sua proporção elevada (93,5% de Cr$ 1,3 bilhão, montante atingido pelos leilões nas cidades mencionadas), demonstra cabalmente o grau de confiança depositado pelos pecuaristas arrematadores na alta da carne bovina nos próximos anos.

EXPORTAÇÃO

A relativa estabilidade do preço do boi gordo no primeiro trimestre de 1984, acompanhada por reajustes cambiais freqüentes, propiciou condições para a retomada das exportações. Segundo a **Cacex**, a receita foi de US$ 117,4 milhões, 0,4% acima do valor de igual período do ano passado, correspondendo a 125,5 mil t de carne em equivalente-carcaça (ver Quadro 03). O aumento de 12,6% na quantidade exportada corresponde à queda de 11,5% no preço médio de US$ 1.058,24/t do mesmo período de 1983, significando que as pressões de baixa persistem no mercado internacional.

Atualmente, a **CEE**, vítima da própria política de subsídios à produção agrícola, comanda o processo de aviltamento dos preços, ao pressionar o mercado mundial com a oferta de 450 mil t de carne bovina. Essa atitude da **Comunidade** causa espécie, tendo em vista que sempre foi importadora líquida de carne bovina e, agora, não só disputa contratos em países compradores, como também oferece carne bovina a países produtores da América Latina. Esta situação parece, no entanto, transitória, uma vez que os elevados custos de produção da carne e de manutenção de estoques pletóricos têm forçado os próprios membros da **CEE** a reverem a **Política Agrícola Comum**, implementada com o objetivo de reduzir a dependência européia de alimentos importados (ver **Agroanalysis**, vol 1, nº 5, março/1977). Acena-se, pois, com a possibilidade de redução de subsídios à produção agrícola, o que viria beneficiar, no médio prazo, a política exportadora dos países do Terceiro Mundo. Ressalte-se que a decisão da **CEE** de reduzir os níveis da produção agrícola não é política, mas ditada pura e exclusivamente pela escassez de recursos financeiros. Assim, visa muito mais a evitar o colapso iminente do sistema, do que a favorecer países produtores agrícolas.

A CEE comanda o processo de aviltamento dos preços no mercado mundial

QUADRO 03 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA NO PRIMEIRO TRIMESTRE – 1983–84

1 – CARNE FRESCA, REFRIGERADA OU CONGELADA

MÊS	1983 QUANTIDADE (t)	1983 VALOR (US$ 1.000 FOB)	1983 PREÇO MÉDIO (US$/t)	1984 QUANTIDADE (t)	1984 VALOR (US$ 1.000 FOB)	1984 PREÇO MÉDIO (US$/t)	VARIAÇÃO DO PREÇO MÉDIO 1984/83 (%)
Janeiro	7.971	14.967	1.877,68	5.489	10.044	1.829,84	–2,5
Fevereiro	6.191	10.296	1.663,06	12.105	17.293	1.428,58	–14,1
Março	9.833	18.004	1.830,98	11.248	18.904	1.680,65	–8,2
TOTAL	23.995	43.267	1.803,17	28.842	46.241	1.603,25	–11,1

2 – CARNE INDUSTRIALIZADA

Janeiro	12.659	31.559	2.493,01	9.380	20.871	2.225,05	–10,7
Fevereiro	6.686	17.376	2.598,86	10.821	23.867	2.205,62	–15,1
Março	10.834	25.727	2.374,65	12.677	26.455	2.086,85	–12,1
TOTAL	30.179	74.662	2.473,97	32.878	71.193	2.165,37	–12,5

3 – TOTAL GERAL(*) DO TRIMESTRE

Janeiro/ Março	111.440	117.929	1.058,23	125.458	117.434	936,04	–11,5

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – Cacex.

(*) Quantidade de carne transformada em equivalente-carcaça – coeficientes utilizados: carne in natura (x 1,5); carne industrializada (x 2,5).

QUADRO 04 – ABATE DE BOVINOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL NOS PRINCIPAIS ESTADOS(*), NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO – 1982–83

DISCRIMINAÇÃO	1982				1983				VARIAÇÃO 1983/1982 (%)	
	CABEÇA	%	PESO MORTO (t)	PESO MÉDIO (kg)	CABEÇA	%	PESO MORTO (t)	PESO MÉDIO (kg)	CABEÇA	PESO MORTO
Boi	5.352.811	65,4	1.290.854,3	241,2	5.258.703	65,2	1.246.451,2	237,0	(1,8)	(3,4)
Vaca	2.787.528	34,0	516.313,2	185,2	2.773.573	34,4	493.030,8	177,8	(0,5)	(4,5)
Vitelo	47.603	0,6	1.512,9	31,8	37.683	0,4	848,4	22,5	(20,8)	(43,9)
TOTAL	8.187.942	100,0	1.808.680,9	220,9	8.069.958	100,0	1.740.330,4	215,7	(1,4)	(3,8)

FONTE – Sipa/MA

(*) (SP, PR, SC, RS, MS, MT, GO, MG, ES, RJ e PA).

PRODUÇÃO E CONSUMO

Em 1983, segundo o **Sipa–MA**, os dados sobre abate inspecionado de animais (8,07 milhões de cabeças) e produção de carne bovina (1,74 milhões de t), nos principais estados, revelam um declínio de 1,4% e 3,8%, respectivamente, em relação aos do ano anterior. Esses números contrariam as previsões iniciais de que a produção nacional de carne bovina do ano passado aumentaria 4%, alcançando 2,5 milhões de t em equivalente-carcaça. As vacas abatidas, atingindo um total de 2,77 milhões de cabeças, representam um pequeno aumento da tendência da liquidação do rebanho, iniciada a partir do segundo semestre de 1981 (ver Quadro 04). Aliás, os números relativos ao primeiro trimestre de 1984 confirmam a opinião de especialistas do mercado de que o abate de matrizes prossegue intenso, ainda no corrente ano. Essas mesmas fontes alegam que a estatística oficial é subestimada por não abranger o comércio clandestino, que abate sobretudo fêmeas, animais cuja carne é menos valorizada.

Malgrado a deficiência das estatísticas relativas ao rebanho e produção de carne bovina no país, os dados existentes permitem inferir uma queda significativa e crescente a partir de 1978 (ver Quadro 05). No período 1970–77, a disponibilidade anual de carne bovina **per capita** cresceu 12,9% atingindo 20,1 kg em 1977, uma vez que o crescimento da produção (32,5%) superou nitidamente o da população (18,8%). A exportação de carne, embora oscilante no período, não foi muito elevada (média anual de 199 mil t em equivalente-carcaça). É importante destacar, no entanto, que a continuidade do aumento da produção no período 1975–77, decorreu da intensificação do abate de matrizes, em resposta ao declínio acentuado de preços dos produtos pecuários. A queda de produção no triênio 1978–80, reflexo imediato da matança indiscriminada de fêmeas, espelha não só o início de um processo de redução do consumo interno mas, também, a diminuição abrupta das exportações, a ponto de o país ser importador líquido em 1979.

A decisão governamental de importar vem provocando oposição dos pecuaristas

A decisão governamental de intensificar as exportações a partir de 1980, para fazer face ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, repercutiu no ramo da carne bovina, cujas vendas externas aumentaram tanto em quantidade (164%) quanto em valor (105%), nos últimos três anos (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 2). Considerando que o crescimento da produção, na presente década, foi de apenas 15%, pode-se afirmar que o aumento das exportações proveio de uma forte redução do consumo interno, que, aliás, já começara a declinar em 1978. Assim, a disponibilidade **per capita** que era de 20 kg em 1977 caiu para 14,8 kg, em 1983. Para 1984, caso se concretize a pretensão governamental de exportar US$ 700 milhões (meta de difícil consecução, tendo em vista a desfavorabilidade do mercado internacional), o consumo interno deverá declinar mais ainda, porque significará um desfalque de 680 mil t das 2,35 milhões de t que deverão ser produzidas(**).

(**) **Para os cálculos, foram consideradas a manutenção do mesmo preço médio de 1983 e a mesma proporção de vendas de carne *in natura* e industrializada. Não se considerou a importação de 100 mil t de carne, que provavelmente será feita.**

QUADRO 05 – BRASIL – PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISPONIBILIDADE INTERNA PER CAPITA DE CARNES SUÍNA, AVÍCOLA E BOVINA – 1970–84

ANO	CARNE SUÍNA			CARNE AVÍCOLA			CARNE BOVINA[1]			POPULAÇÃO (1.000)	DISPONIBILIDADE INTERNA TOTAL DE CARNES PER CAPITA (kg)
	Produção (1.000 t)	Exportação (1.000 t)	Disponibilidade interna per capita (kg)	Produção (1.000 t)	Exportação (1.000 t)	Disponibilidade interna per capita (kg)	Produção (1.000 t)	Exportação (1.000 t)	Disponibilidade interna per capita (kg)		
1970	705,1	–	7,6	217,0	–	2,3	1.845,0	189,0	17,8	93.139,0	27,7
1971	750,2	–	7,9	224,0	–	2,3	1.921,0	219,0	17,8	95.458,2	28,0
1972	645,2	–	6,7	294,0	–	3,0	1.997,0	324,0	17,1	97.835,1	26,8
1973	700,6	–	7,0	401,0	–	4,0	2.035,0	237,0	17,9	100.271,2	28,9
1974	723,0	0,4	7,0	484,0	–	4,7	2.095,0	116,0	19,3	102.768,0	31,0
1975	760,0	5,5	7,2	519,0	3,5	4,9	2.157,0	113,0	19,4	105.326,9	30,1
1976	784,5	12,0	7,2	604,0	19,6	5,4	2.178,0	177,0	18,5	107.949,5	31,1
1977	834,0	12,0	7,4	698,0	38,8	6,0	2.445,0	217,0	20,1	110.637,5	33,5
1978	850,0	4,9	7,5	858,0	50,8	7,1	2.319,0	148,0	19,1	113.392,3	33,7
1979	900,0	–	7,7	1.096,0	81,1	8,7	2.106,0	118,0	17,1	116.215,8	33,5
1980	980,0	–	8,2	1.306,0	168,7	10,1	2.050,0	189,0	15,6	119.070,9	33,9
1981	980,0	–	8,0	1.490,0	294,0	9,8	2.250,0	315,0	15,9	122.035,7	33,7
1982	970,0	–	7,8	1.604,0	295,5	10,5	2.400,0	398,0	16,0	125.074,4	34,3
1983	970,0	–	7,6	1.584,0	297,4	10,0	2.360,0	500,0	14,5	128.188,8	32,1
1984[2]	970,0	–	7,4	1.505,2	250,0	9,6	2.350,0	680,0	12,7	131.380,7	29,7

FONTE – IBGE, MA, Apinco, Cacex, USDA.

(1) A importação não foi considerada por ser destinada geralmente a "draw-back".
(2) Estimativa.

Dois pontos devem ser destacados em relação ao aumento das exportações na presente década. O primeiro, que esse fato deve-se à política de achatamento salarial, implementada a partir de 1979 e que gerou excedentes no mercado. Em segundo lugar, que, diferentemente da década de 70, há no momento uma degradação real da dieta alimentar da população, uma vez que a oferta interna de carnes substitutas (suína e de frangos) encontra-se estagnada na presente década (ver Quadro 05).

Dentro de uma ótica de longo prazo, esse panorama é bastante desolador, tendo em vista a defasagem entre o aumento da produção e o crescimento da população no período 1970–83. Por sua vez, as exportações acusaram uma expansão de 164,6%, no mesmo período. Caso essas variáveis evoluam no mesmo ritmo, pode-se prever uma situação desastrosa para a população, no final da década, no que concerne ao consumo de proteínas de origem animal.

A pequena taxa anual de crescimento da produção da carne bovina reflete, de modo direto, a pequena evolução do rebanho e os seus baixos índices zootécnicos, que demandam alocação contínua de recursos para a sua melhoria. Reflete, ainda, a oscilação dos preços, provocada pelo ciclo pecuário, que alterna de modo acentuado fases de escassez e de abundância. A ausência de uma política de investimentos ou a forma intermitente com que essas políticas são implementadas não permitem uma programação de longo prazo do pecuarista, de modo a melhorar os índices zootécnicos do rebanho. Por outro lado, a forma desordenada com que o governo tem in-



tervindo no mercado para regularizar o abastecimento sazonal da entressafra, não produz os resultados desejados, pecando por escassez de recursos ou por falta de uma fiscalização mais efetiva quando os mesmos são suficientes. Na realidade, no longo prazo, os planos anuais de abastecimento de entressafra deveriam gerar resultados anticíclicos, no sentido de reduzir a amplitude da variação dos preços. Isso, porém, não ocorreu nos quase dez anos em que os planos foram implementados. Aliás, no corrente ano, a decisão governamental de não intervir no mercado foi considerada correta e interrompeu abruptamente uma prática considerada rotineira. Contudo, mesmo aqueles que defendem a economia de mercado julgam que a retirada do governo deveria ser gradativa, de modo a dar margem a que a atividade se preparasse adequadamente para suprir o mercado na entressafra deste e dos próximos anos, via engorda de bois na entressafra, por exemplo.

Esta tem sido a preocupação das entidades representativas da produção, que têm uma ótica de longo prazo mais realista do desenvolvimento da pecuária no País. Neste sentido, é oportuno mencionar o conjunto de metas para o ano 2.000 da pecuária bovina de corte do país, elaborado pelo **Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC)** (ver Quadro 06). Obviamente, as metas relativas à produção, necessárias à melhoria do suprimento interno e ao aumento da exportação estão condicionadas ao aperfeiçoamento dos índices zootécnicos, que, atualmente, são muito baixos no rebanho brasileiro. O aprimoramento desses índices, por sua vez, depende da melhoria da alimentação, da sanidade e do melhoramento genético e de um manejo mais racional do rebanho. Somente com um planejamento de longo prazo, que estimule convenientemente o pecuarista, as metas estabelecidas pelo **CNPC** poderão ser atingidas.

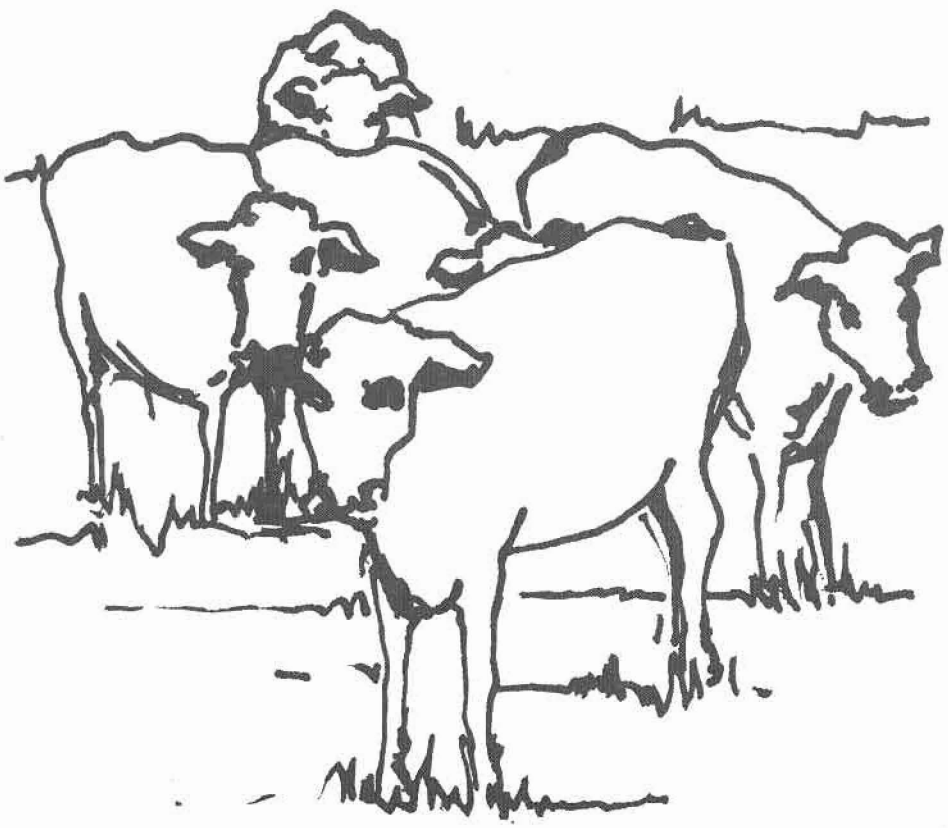
QUADRO 06 – BRASIL – METAS(*) PARA A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE PARA O ANO 2000 (BASE – 1983)

DISCRIMINAÇÃO	ANO 1983	ANO 2000
Taxa de natalidade (%)	50	60
Idade média de abate (anos)	4,5	3
Taxa de desfrute (%)	12	24
Abate (milhões de cabeças/ano)	12	33
Produção (mil t de carne em equivalente-carcaça/ano)	2.400	6.600
Exportação (mil t de carne em equivalente-carcaça/ano)	500	1.000
Consumo interno (mil t de carne em equivalente-carcaça/ano)	1.900	5.600
Consumo interno (kg em equivalente-carcaça /capita/ano)	14,5	32
População (milhões de habitantes)	128	179(**)
Rebanho bovino (milhões de cabeças)	100	137

FONTE – Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC).

(*) Consideradas necessárias pelo CNPC para o aumento do consumo interno e da exportação de carne bovina.

(**) Projeção do IBGE



SUINOCULTURA

A MELHORIA DA RENTABILIDADE, OBSERVADA NO INÍCIO DO ANO, NÃO SE BASEIA APENAS NA ENTRADA DO MILHO PRECOCE. DEVE-SE, TAMBÉM, À REDUÇÃO DA OFERTA DE ANIMAIS TERMINADOS EM FUNÇÃO DO DECLÍNIO NUMÉRICO DO REBANHO EM 1983.

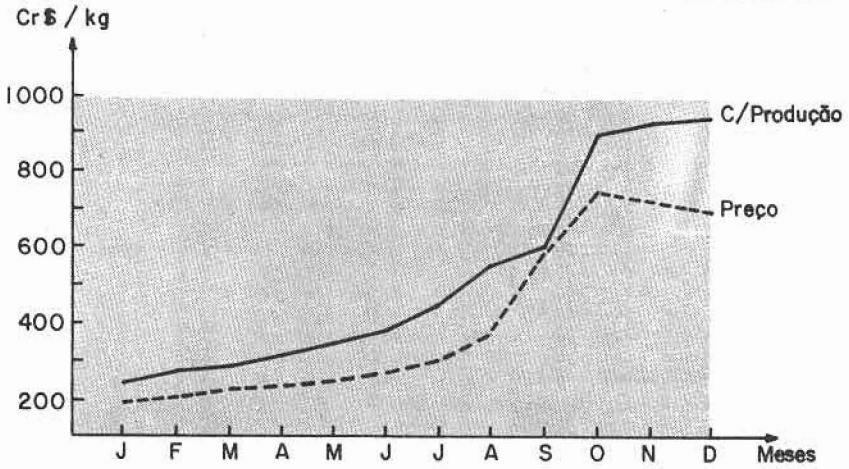
Devido à frustração da safra de milho, o ano de 1983 foi desfavorável à suinocultura, à semelhança dos anos anteriores. Os criadores, como fazem habitualmente numa conjuntura adversa, aumentaram a proporção de abate de animais mais jovens, numa tentativa de diminuir o plantel. Deste modo, poderiam minimizar o prejuízo com a engorda final, uma vez que os preços pagos pelas indústrias evoluíram mais lentamente do que o custo de produção.

Em 1983, segundo o **IBGE**, o abate de suínos sob inspeção federal **(SIF)** foi 5% superior ao de 1982, enquanto a matança de leitões aumentou 35,6%. De julho a outubro, o abate precoce dos animais alcançou 37 mil cabeças, 208% maior do que em igual período de 1982, coincidindo, justamente, com a alta abrupta do preço do milho.

Na região Sul, de acordo com as **Cepa's** de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, estados onde se concentram cerca de 50% do rebanho suinícola, de janeiro a junho de 1983, o abate **SIF** de suínos atingiu 3,3 milhões de cabeças, 8,5% a mais do que no primeiro semestre de 1982. No segundo semestre, quando há um aumento da matança por força da chamada **safra de suínos**, os abates desses animais, na região Sul, alcançaram 3,8 milhões de cabeças (7% a mais do que o de igual período de 1982). Especificamente nos meses de outubro e novembro, quando a escassez de milho atingiu seu ponto crítico, a matança de animais foi 17% superior à do mesmo bimestre de 1982.

RIO GRANDE DO SUL — PREÇO MENSAL RECEBIDO PELO PRODUTOR DE SUÍNO TIPO CARNE E CUSTO DE PRODUÇÃO - 1983

Gráfico 03



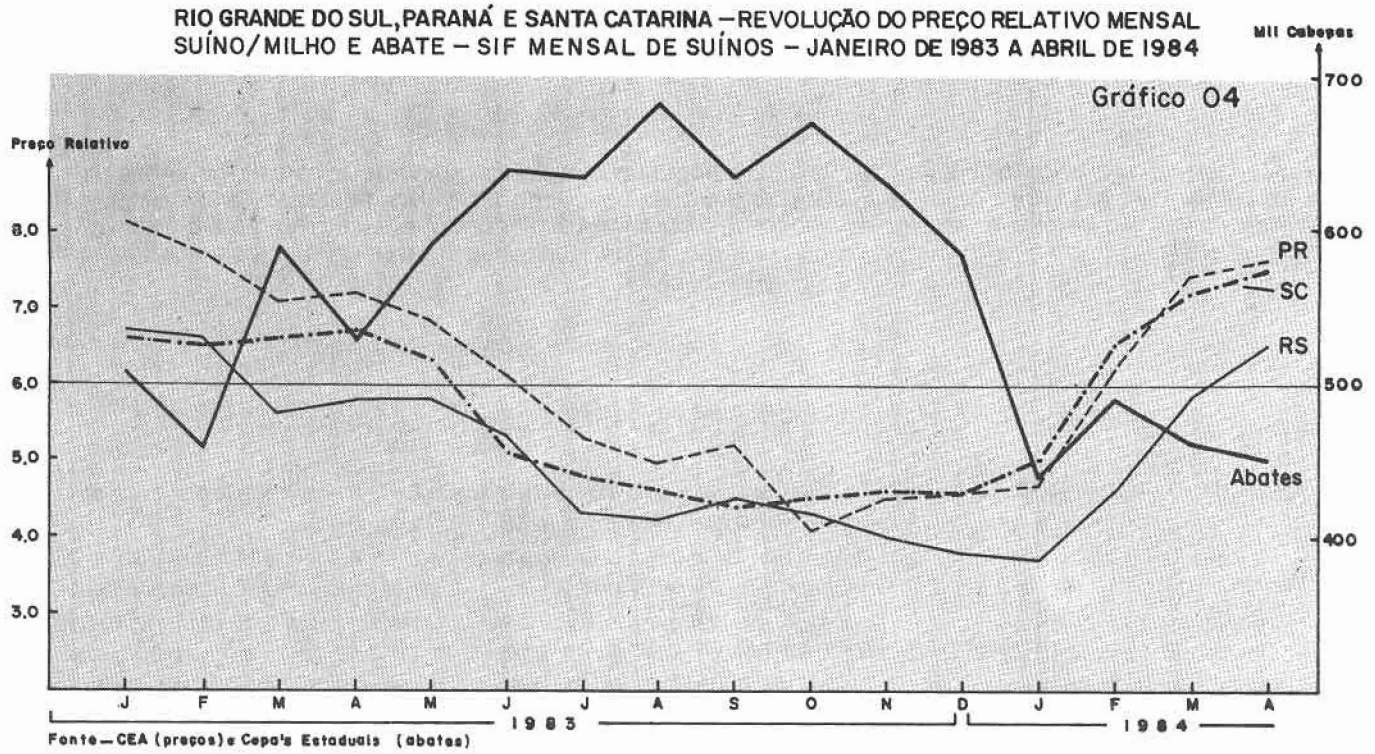
Fonte - Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul

O Gráfico 03 mostra como se processou a perda da lucratividade da suinocultura ao longo do ano passado, refletindo diretamente a majoração desproporcional do preço do milho. No que se refere ao preço relativo suíno/milho da região Sul, que, em 1982, foi 7,6, o Gráfico 00 revela que a favorabilidade à criação ainda se manteve até maio de 1983. No Rio Grande do Sul, porém, a partir de março de 1983, o preço relativo passou a ser inferior a 6, mantendo-se praticamente neste nível até março do corrente ano. Destaque-se que, na mesma época em que a atividade persistia lucrativa no Paraná, devido à sua grande produção de milho, o Rio Grande do Sul passava por uma situação de forte escassez do cereal, gerada pela quebra da safra local. Diante do aumento real do preço do milho, de 120%, entre julho e dezembro de 1983, os produtores gaúchos não viam motivos para proceder à engorda dos animais, cujo aumento nominal das cotações não ultrapassou 52% (ver Gráfico 04).

A partir de junho de 1983, a engorda de suínos ficou inviável também no Paraná e Santa Catarina, devido à persistência de preços pouco remuneradores, em função da oferta relativamente elevada de animais terminados.

A produção de rações ao longo de 1983 espelha claramente as decisões dos produtores de animais de peque-

RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E SANTA CATARINA – REVOLUÇÃO DO PREÇO RELATIVO MENSAL SUÍNO/MILHO E ABATE – SIF MENSAL DE SUÍNOS – JANEIRO DE 1983 A ABRIL DE 1984



no e médio portes visando a coadunar os custos de produção aos preços de mercado. Segundo o **Sindicato das Indústrias de Rações**, a produção de rações para suínos(*) foi 27% superior à de 1982, a de concentrados caiu 17% e o consumo de concentrados, na região Sul, foi 25% inferior ao de 1982, enquanto o de rações prontas evoluiu em 17%. Esse resultado deriva da proporção elevada (65%) do milho na formulação de rações para suínos, justificando por que, em épocas de alta do preço do cereal, os produtores adquirem mais ração pronta do que o concentrado.

Em fevereiro de 1984, o abate de matrizes, em todo o País, alcançou 14%, segundo a **Associação Brasileira de Criadores de Suínos – ABCS**, ou seja, foi quatro vezes superior ao índice considerado normal, de 3,5%. Não obstante a essa matança recorde, a suinocultura passou a ser mais rentável, conforme atesta a tendência ascendente da curva de preço relativo suíno/milho (ver Gráfico 04). Obviamente, a fase favorável à suinocultura coincidiu com o início da colheita do milho precoce no Sul do país, quando os preços declinaram em termos nominais. Por sua vez, em razão da diminuição do rebanho suíno, os preços dos animais passaram a apresentar também aumentos reais, favorecendo o nível de lucro da atividade.

Para o consumidor, contudo, tornou-se mais difícil a aquisição da carne suína. A causa não é tanto o preço da carne em si, mas o esvaziamento do poder de compras dos salários. Afinal, enquanto que, de janeiro a abril, o preço real médio da carne suína foi 2,6% inferior ao do mesmo período de 1983, a capacidade de compra do salário mínimo, que era de 30 kg no primeiro quadrimestre de 1983, passou para 23 kg no mesmo período do ano corrente.

A tendência de alta deverá manter-se, no curto prazo, devido não só à estabilidade do preço do milho, mas também à oferta contraída de animais prontos para abate. A firmeza do mercado deverá reverter o quadro, uma vez que passou a ser vantajoso para o criador aumentar seu rebanho, fato que pode ser comprovado pela reativação do comércio de reprodutores verificada recentemente, na região Sul. O ponto de partida da reversão da tendência de liquidação do rebanho está no preço relativo médio suíno/milho nos estados da região Sul (6,6), superior em 40% ao registrado de junho a dezembro do ano passado. Por outro lado, é de se esperar que a reativação da atividade se circunscreva aos limites da baixa capitalização do produtor.

Supondo-se que não ocorram novos estrangulamentos no abastecimento ao longo deste ano, a partir de novembro deverá aumentar a oferta de **terminados** (gerados pela cobertura de matrizes a partir de fevereiro) aos abatedouros, coincidindo com o aumento sazonal do preço, devido à maior demanda de matéria-prima por parte das indústrias, para atender às festas tradicionais de fim de ano.

Aos criadores, resta esperar que o mercado do milho seja estável, ao longo do ano, de modo a evitar aumentos súbitos no preço, uma vez que, na atualidade, qualquer aumento de custos de produção é de difícil repasse ao consumidor final.

(*) **Dados relativos a empresas responsáveis por 70% da produção do País.**

CANA-DE-AÇÚCAR

A SAFRA DO CENTRO-SUL INICIOU-SE EM 1º DE MAIO COM UM **PLANO** QUE PREVÊ UMA PRODUÇÃO DE 8,5 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇÚCAR E 9,06 MILHÕES DE M^3 DE ÁLCOOL. AS MAIORES DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS METAS SÃO DE ORDEM FINANCEIRA. NO MERCADO EXTERNO, O PREÇO DO AÇÚCAR NÃO APRESENTA PERSPECTIVA DE RECUPERAÇÃO, ENQUANTO QUE, NO PLANO INTERNO, UM ACORDO COM USINEIROS E FORNECEDORES TROUXE BENEFÍCIOS PARA OS CORTADORES DE CANA.

Conforme determinação do Plano de Safra divulgado pelo **IAA**, a safra 1984/85 teve seu início oficial, na região Centro-Sul do país, em 1º de maio. A decisão é inovadora, pois nas safras anteriores, esse início foi sempre fixado para os primeiros dias de junho. Na prática, porém, a moagem era antecipada em algumas regiões, onde o amadurecimento da cana ocorria mais cedo. Esta alteração aconteceu por força da implantação, em larga escala, de variedades de amadurecimento precoce, especialmente em São Paulo. A vantagem destas variedades é que, no final do ano, quando as chuvas são mais freqüentes, a colheita já está quase inteiramente concluída. Na região Nordeste, entretanto, não houve alteração. O plantio e a renovação da socaria já estão sendo realizados naquela região.

A região Sul não teve apenas inovações no calendário da safra. Em São Paulo, depois de uma paralisação de cortadores de cana do Município de Guariba, foi estabelecido um acordo entre trabalhadores, indústrias e fornecedores, cujas cláusulas deverão estender-se a todo o estado (ver **box**).

Clima: sempre um risco

Na safra atual do Centro-Sul, o clima seco que prevaleceu de janeiro a março propiciou um amadurecimento ainda mais intenso, obrigando a antecipação do corte, para que não ocorresse perda do teor de sacarose da cana-de-açúcar. Cabe assinalar que, na reunião do Conselho Deliberativo do **IAA**, no final de abril, para aprovação das quantidades globais de produção do açúcar e do álcool, foram suspensas as autorizações fornecidas para o início da safra 1984/85, por sugestão do representante do Ministério da Fazenda. Esta suspensão vigorou por um breve período, não chegando a paralisar o corte, já que foi imediatamente revista, autorizando-se o reinício da colheita e da moagem em toda a região Centro-Sul.

A previsão inicial sobre a quantidade de cana-de-açúcar a ser colhida é de 228 milhões de t, ou seja, um crescimento de apenas 5,5% sobre o resultado obtido na safra 1983/84. A área plantada não deve ter expansão significativa, exceto nos estados onde a implantação de novas destilarias de álcool introduz a lavoura em áreas até então ocupadas com outras lavouras, como é o caso da Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Com base nas quotas fixadas pelo Plano de Safra para a região Centro-Sul, pode-se prever a sua plena realização, salvo a ocorrência de alguma forte irregularidade climática nos próximos meses.

A seca que atingiu São Paulo nos três primeiros meses do ano deve causar diminuição do rendimento agrícola que, na safra passada, ficou em torno de 77 t/ha e que, de acordo com as primeiras estimativas dos produtores, deve baixar para 72 t/ha. O prejuízo causado pela seca adquiriu maior gravidade por ocorrer no período mais propício ao desenvolvimento da lavoura. As chuvas de abril e maio diminuíram os efeitos da estiagem. Contudo, mantém-se uma expectativa diante da possibilidade do estado ser castigado, nos próximos meses, por geadas, visto que a seca prematura é indicadora de um inverno rigoroso.

No Paraná, o clima também foi seco em janeiro e fevereiro últimos, dificultando o melhor desenvolvimento da lavoura até aquele período. Com as chuvas que caíram sobre as regiões produtoras a partir de março, normalizou-se o desenvolvimento do canavial. O Paraná, que possui um rendimento agrícola elevado, deverá

TRABALHADORES PARALISAM CORTE E CONSEGUEM ACORDO

Após um movimento de paralisação do corte de cana, trabalhadores volantes do município de Guariba (SP) fizeram um acordo com representantes da indústria e dos fornecedores. Suas reivindicações foram atendidas satisfatoriamente, dentre elas: remuneração mensal em torno de Cr$ 250 mil, repouso semanal remunerado, 13º salário, indenização ao término do corte e fornecimento gratuito de ferramentas de trabalho e de equipamentos de proteção. O atendimento mais importante, sem dúvida, foi a volta ao sistema de cinco ruas; o de sete ruas, que prevaleceu na última safra no estado de São Paulo, reduzia os custos na operação de carregamento mecânico da cana-de-açúcar e beneficiava a indústria, ao propiciar uma matéria-prima mais pura, mas representav, para os trabalhadores, menor quantidade de cana-de-açúcar cortada por dia e maior esforço físico.

Diante da importância do movimento grevista de Guariba, as medidas adotadas naquele município foram aceitas em toda a área de plantio de cana-de-açúcar de São Paulo.

obter na presente safra uma média entre 73 t/ha e 76 t/ha, segundo estimativa da Secretaria de Agricultura do estado.

Na região do Norte Fluminense, os problemas climáticos novamente mostram-se severos. Embora, no final de 1983, a incidência regular de chuvas tenha permitido certo nível de armazenamento de água no solo, o déficit hídrico registrado nos três primeiros meses deste ano foi suficiente para reconduzir aquela região a uma situação difícil, fortalecendo a tendência de baixa da produtividade agrícola nesta safra. As precipitações ocorridas em abril e maio permaneceram muito aquém da média, fazendo prever, como conseqüência, um elevado déficit da matéria-prima requerida pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool do Rio de Janeiro. Nos demais estados da região Centro-Sul não se registraram problemas climáticos relevantes.

Embora seja prematuro antecipar qualquer previsão acerca do desemnho da safra na região Nordeste, avalia-se que serão sentidos os efeitos da seca sobre algumas áreas de produção. Teme-se ainda que, diante da demora dos bancos na liberação dos recursos destinados ao crédito de custeio, a lavoura não receba os tratos culturais adequados, desperdiçando-se os benefícios oriundos das chuvas que caíram recentemente na Região da Mata.

Recursos financeiros representam o maior problema

A influência adversa das condições climáticas em algumas regiões produtoras provocou sérios danos, mas a principal dificuldade da atual safra deverá ser de ordem financeira. Neste sentido, a atividade da agroindústria canavieira defronta-se com o problema da restrição de recursos à **conta açúcar** por parte do governo federal. Com efeito, a avaliação pelo **IAA** da necessidade de recursos para o financiamento da safra e dos subsídios ficou em torno de Cr$ 2,1 trilhões e verifica-se alguma resistência à liberação desta quantia.

No período atual, de início da safra, os produtores enfrentam séria redução de recursos para o financiamento de estoques (**warrantagem**), e, além disso, persiste a indefinição acerca das normas que nortearão esta linha de crédito. Observe-se que as condições para a tomada dos recursos para a **warrantagem** vêm sofrendo um crescente agravamento, desde a safra de 1982/83. Naquela época, por força da Resolução 754, do **Banco Central**, foi estabelecida a aplicação compulsória dos bancos comerciais. Até então, este financiamento cabia exclusivamente ao **Banco do Brasil** e era feito com juros subsidiados.

Ainda na safra 1982/83, foi determinado que 30% do financiamento ficariam a cargo dos bancos particulares e o restante seria mantido sob responsabilidade do **Banco do Brasil**. Na safra seguinte, o **Conselho Monetário** inverteu a proporção de participação. Enquanto o **Banco do Brasil** assumiu 30% do volume de recursos a ser financiado, o restante coube aos bancos particulares. Na safra 1983/84, encareceram os custos para estes créditos e os empréstimos concedidos pelo **Banco do Brasil** tiveram correção de 85% da variação das **ORTN's**, mais 5% de juros. Na rede privada, os bancos comerciais financiaram cobrando correção monetária plena mais 3% de juros e os bancos de investimento correção pela **ORTN** mais 12% de juros, pelo prazo de um ano.



Na safra atual, através da Resolução 904, do **Banco Central**, foi revogada a Resolução 754. Entre outras modificações no crédito rural introduzidas pela Resolução 904, os bancos comerciais ficam desobrigados de aplicar recursos complementares na comercialização de alguns produtos, entre os quais a cana-de-açúcar e seus derivados. Por este motivo, persiste uma indefinição sobre a participação do **Banco do Brasil** no crédito para **warrantagem**, o que poderá fazer com que os produtores busquem na rede privada recursos a taxas de mercado.

O atual quadro de incertezas quanto ao crédito para o financiamento de estoques é agravado pela insatisfação dos produtores diante dos últimos reajustes de preços concedidos à cana-de-açúcar, ao açúcar e ao álcool. Considerando a defasagem entre os custos de produção e os preços reajustados em fevereiro último, bem como a evolução dos custos observada posteriormente, o **Sindicato da Indústria no Estado de São Paulo** reivindicou aumentos de preços de 59% para a cana-de-açúcar 68% para o açúcar e 65% para o álcool, a serem concedidos no princípio de junho. Alguns fornecedores já vêm iniciando, naquele estado, um processo de substituição da cana-de-açúcar pela soja, o algodão e o amendoim, diante da desvantagem comparativa dos preços da cana-de-açúcar em relação a estes produtos.

Um outro aspecto relevante é o prosseguimento da implantação do sistema de pagamento da cana-de-açúcar pela qualidade. O Plano de Safra 1984/85 estabeleceu a execução desta forma de pagamento para toda a região Centro-Sul. No estado de

São Paulo, quase toda a indústria já se encontra equipada com laboratórios para a avaliação do teor de sacarose da matéria-prima fornecida. A experiência realizada na safra passada foi bem sucedida, estimando-se que os fornecedores paulistas tiveram um ganho médio superior em 8% ao preço estabelecido para a cana-de-açúcar. Atualmente, espera-se um rendimento industrial melhor do que o verificado na safra passada. Contudo, em razão dos problemas de fluxo de caixa gerados pelo atraso na liberação dos recursos para **warrantagem**, a indústria do açúcar e do álcool também retardou o pagamento do ágio devido para os fornecedores que entregaram a matéria-prima com teores de sacarose e pureza superiores aos estabelecidos na região.

QUADRO 07 – AÇÚCAR – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84* –
(em t)

ESTADO	PLANO DE SAFRA 1984/85	PRODUÇÃO 1983/84
Norte-Nordeste	3.500.000	3.507.227
Pará	11.500	–
Maranhão	27.000	25.008
Piauí	1.500	1.030
Ceará	40.000	38.030
Rio Grande do Norte	129.000	122.529
Paraíba	154.000	150.532
Pernambuco	1.646.800	1.673.309
Alagoas	1.333.200	1.343.532
Sergipe	83.000	80.215
Bahia	74.000	73.042
Centro-Sul	5.000.000	5.511.666
Minas Gerais	552.000	490.485
Espírito Santo	32.000	29.352
Rio de Janeiro	493.000	437.209
São Paulo	3.674.000	4.341.528
Paraná	170.000	150.949
Santa Catarina	31.000	20.730
Rio Grande do Sul	9.000	8.407
Mato Grosso	29.000	25.300
Goiás	10.000	7.706
BRASIL	8.500.000	9.018.893

FONTE – IAA
* Posição em 15/03/84.

Produção de açúcar sofre queda

O Plano de Safra do atual período prevê uma produção de 8,5 milhões de t de açúcar, dos quais 6,1 milhões serão destinadas ao mercado interno e 2,5 milhões para as exportações. A complementação da quota de exportação, fixada pela **Organização Internacional do Açúcar** em 2,8 milhões de t, ficará por conta dos estoques acumulados na safra anterior. Como pode ser constatado no Quadro 07, a produção autorizada de açúcar apresenta um decréscimo em torno de 6% sobre o obtido no ano-safra anterior. Esta redução da produção de açúcar recaiu, quase exclusivamente, sobre o estado de São Paulo, que teve uma diminuição de 15% sobre o total produzido no ano passado. No entanto, o clima seco, que atingiu algumas regiões produtoras, favoreceu o setor industrial, já que a cana-de-açúcar apresentou maior amadurecimento, apresentando teor mais elevado de sacarose. São Paulo, por exemplo, tem um rendimento médio previsto entre 101 e 103 kg de açúcar/t. Os estados de Pernambuco e Alagoas também tiveram suas quotas reduzidas, embora em proporção significativamente inferior à de São Paulo.

As autoridades governamentais justificam a redução da produção com base em dois motivos. O primeiro diz respeito ao excesso de estoques – 1 milhão de t – resultante da última safra. Conforme aquelas autoridades, a manutenção de estoques, em uma conjuntura de altas taxas de juros, onera fortemente o Tesouro Público. Um segundo argumento sustenta-se no atual nível de gravosidade das exportações de açúcar. Assim sendo, o governo acena com a possibilidade de diminuição das exportações.

O mercado internacional atravessa uma fase baixista

O açúcar comercializado no mercado internacional apresentou no último mês de maio a mais baixa cotação registrada desde outubro de 1982, caindo a um nível inferior a US¢/6 libra-peso. As causas da depressão dos preços do produto fundamentam-se na manutenção de um quadro de superávit da produção sobre o consumo. Como conseqüência deste excedente de oferta, estima-se que os estoques, no final da safra, apresentarão uma tonelagem acumulada superior aos já

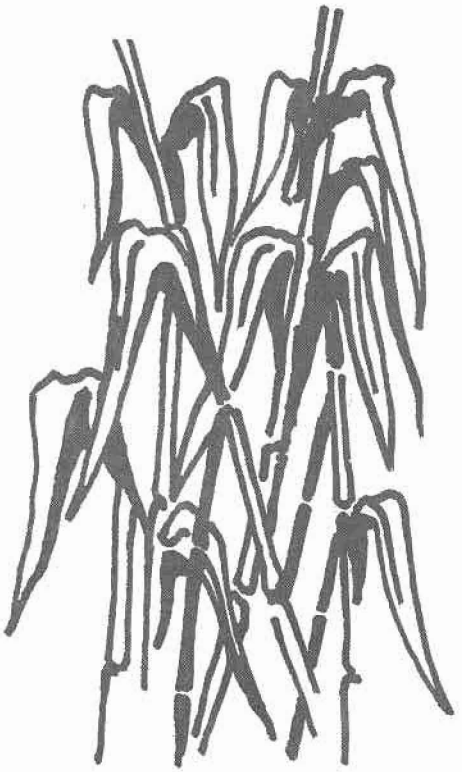
elevados níveis alcançados na safra anterior.

Segundo as previsões de **Gill and Duffus**, a produção de açúcar na safra 1984/85 atingirá um total de 97 milhões de t, contra 95 milhões de t produzidas no ano-safra passado. O consumo deve ficar em 96 milhões de t, enquanto que, em 1983/84, também foi de aproximadamente 95 milhões de t. Ainda conforme **Gill and Duffus**, os estoques finais serão de 38 milhões de t, determinando uma relação estoques/consumo de 39,6%. Este índice afasta, inteiramente, a possibilidade de uma situação de escassez de oferta no mercado, para os próximos meses, sendo improvável uma recuperação dos preços.

O aumento da produção é aguardado para muitos países exportadores, em especial os da **Comunidade Econômica Européia (CEE)**, cuja área de plantio de beterraba foi aumentada em 5%. Assim, prevê-se a elevação da produção para algo em torno de 12 a 13 milhões de t. Outros importantes países exportadores, como a Austrália, Filipinas e a África do Sul, também terão sua produção ampliada significativamente. Apenas o Brasil e a Índia manifestaram interesse em reduzir sua produção, em função do alto nível de seus estoques.

Outros fatores despontam como causadores da baixa das cotações. O mais importante é a propagação do consumo de **High Fructose Corn Syrup (HFCS)**, que vem encontrando uma crescente aceitação nos **Estados Unidos da América, Canadá** e **Japão**. A recente autorização, por parte da maior indústria mundial de refrigerantes, de uma participação de 100% de **HFCS** em seus produtos lançados no mercado norte-americano, em detrimento do açúcar, indica um agravamento do processo de substituição deste produto pelo xarope de milho nos **Estados Unidos**. Entretanto, o mais relevante fator que desautoriza qualquer previsão otimista para o mercado externo do açúcar é a situação de impasse vivida pelas negociações que objetivam a celebração de um novo **Convênio Internacional do Açúcar**.

Após uma série de negociações preliminares, será realizada no mês de junho, em Genebra, a conferência que busca acertar as bases do novo acordo. Tudo indica, porém, que as dificuldades para que as partes reunidas, exportadores e importadores, cheguem a um termo comum, permanecerão intransponíveis. O ponto de discórdia das discussões concentra-se na quota de exportação a que teria direito a **CEE**. A **Comunidade Européia**, cujo ingresso em um novo **AIA** é considerado condição indispensável para seu sucesso, não abre mão de uma quota de 5 milhões de t/ano. Em contraposição, os demais países exigem que a **CEE** se submeta a uma quota que não ultrapasse 4,4 milhões de t. Diante disto, ampliam-se as possibilidades de que o acordo não seja ratificado, ou permaneça sem contar com a presença da **CEE**, o que manteria o convênio sem a necessária representatividade no mercado.



As previsões para as exportações brasileiras de açúcar, em 1984, não apontam um resultado superior aos parcos US$ 540 milhões obtidos no ano passado. Ao contrário, a situação mostra-se ainda mais grave, diante das cotações que têm vigorado no mercado e das perspectivas futuras. Segundo informação divulgada pelo **IAA**, até 30 de abril, foram embarcadas 659 milhões de t de açúcar, dos quais 62% são do tipo demerara. Por outro lado, coube à **União Soviética** a liderança nas importações do produto, até aquela data, com uma participação de 41% do total. Os **Estados Unidos** que, tradicionalmente, eram os principais compradores do açúcar brasileiro e, nos últimos anos, vêm praticando uma política protecionista em relação ao produto, caíram para o quarto lugar, com uma participação de apenas 7% na quantidade de açúcar exportada.

Álcool: aumentar o consumo é importante

Com uma meta de produção de 9 milhões de m^3 para a safra 1984/85, o **Programa Nacional do Álcool** enfrenta novamente uma situação de indefinições, apesar de ser, cada vez mais, irreversível no quadro das alternativas energéticas do país.

A atual produção de álcool é cerca de 16% maior do que a produção da safra anterior (ver Quadro 08) e teve seu incremento mais substancial na Região Norte-Nordeste, onde há um crescimento previsto de 9% sobre o volume produzido na safra passada. A região Centro Sul, por sua vez, deverá ter uma elevação mais modesta da produção, ou seja, algo em torno de 11%. O estado de São Paulo, que na safra atual participará com 62% da produção total, não apresenta alterações em relação ao resultado obtido na safra 1983/84. Os produtores paulistas vêm questionando a orientação seguida pelo **IAA**, que concede aos

estados nordestinos, cuja produção é subsidiada, os maiores incrementos na produção, ao mesmo tempo que impede a expansão da produção no estado de São Paulo, onde o rendimento físico apresenta níveis mais elevados.

A maior dificuldade para o **Proálcool**, na atual temporada, será de natureza financeira. Enquanto o **Ministério da Indústria e do Comércio** estimou em Cr$ 500 bilhões a necessidade de recursos para 1984, o **Ministério do Planejamento** liberou somente Cr$ 263,4 bilhões, o que representa um acréscimo de apenas 15% sobre o valor nominal destinado ao **Proálcool** no ano passado. Diante desta escassez de recursos, a viabilização financeira para o enquadramento de projetos de grande porte passa a depender dos financiamentos do **Banco Mundial**. Os projetos já aprovados garantem uma produção nominal de 11 milhões de m^3, o que indica que novos projetos deverão ser aprovados para que o Programa prossiga, nos próximos anos, com um nível de crescimento compatível com o que vem alcançando desde 1980.

A demanda de álcool para a safra 1984/85, segundo estimativa do **CNP**, situa-se em 9,4 milhões de m^3, dos quais 7,6 milhões de m^3 correspondem ao volume a ser extraído da própria safra. Os 1,8 milhões de m^3 restantes serão oriundos do estoque de passagem da safra anterior. O **CNP** estima ainda uma demanda de 8,8 milhões de m^3 de álcool, para ser utilizado como combustível e 600 mil m^3, a serem destinados à indústria álcool-química.

A frota de veículos movida a álcool atingiu 1.277.107 unidades, até dezembro de 1983. Para este ano, a **Anfavea** prevê a incorporação de mais 600 mil unidades. Com isto, o consumo de álcool hidratado deverá apresentar elevado nível de incremento. De janeiro a abril de 1984, ele acusou um crescimento de 56% sobre o volume de álcool consumido em igual período do ano passado. O consumo de álcool anidro, por sua vez, tem prevista uma queda de 5%, ao longo do ano, seguindo a diminuição do consumo observado na gasolina.

O consumo de álcool anidro caiu 15%, entre 1982 e 1983, contribuindo ponderavelmente para a formação de elevados níveis de estoques. O excesso dos estoques totais, no início desta safra, causa preocupações, já que provoca gastos crescentes em uma conjuntura de altas taxas de juros. O estoque inicial da safra 1984/85 é de 2,5 milhões de m^3, dos quais 800 mil m^3 correspondem ao estoque de segurança. Os produtores reivindicam um aumento dos estoques de segurança da margem de 45 dias para 90 dias de consumo. Ao lado disto, criticam a política do governo federal que, preferindo manter a comercialização do álcool, resiste em assumir o financiamento dos estoques. Para que esta situação não se agrave ainda mais, torna-se imprescindível a manutenção da atual paridade de preços entre a gasolina e o álcool, pois, no caso de uma redução desta paridade, a procura pelo álcool hidratado diminuiria sensivelmente.

QUADRO 08 – ÁLCOOL – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84* – (em m^3)

ESTADO	PLANO DE SAFRA 1984/85	PRODUÇÃO 1983/84
Norte-Nordeste	1.600.000	1.074.348
Rondônia	9.960	–
Amazonas	2.400	372
Pará	2.640	1.973
Maranhão	23.576	13.396
Piauí	7.604	5.958
Ceará	14.560	11.055
Rio Grande do Norte	98.160	67.532
Paraíba	216.600	165.101
Pernambuco	443.000	246.210
Alagoas	680.800	526.560
Sergipe	26.400	16.919
Bahia	74.300	19.272
Centro-Sul	7.464.140	6.740.282
Minas Gerais	337.400	269.910
Espírito Santo	114.800	75.855
Rio de Janeiro	260.000	203.483
São Paulo	5.585.000	5.397.933
Paraná	587.140	491.190
Santa Catarina	12.000	10.596
Rio Grande do Sul	6.000	2.774
Mato Grosso do Sul	224.400	111.462
Mato Grosso	47.400	22.981
Goiás	290.000	154.098
BRASIL	9.063.140	7.814.630

FONTE – IAA
* Posição em 15/03/84.

JOJOBA

ORIGINÁRIA DE REGIÕES ÁRIDAS, A JOJOBA PODE TRAZER BENEFÍCIOS AO NORDESTE BRASILEIRO, ONDE VEM SENDO INTRODUZIDA DE MODO LENTO, MAS CONSTANTE. SUAS SEMENTES PRODUZEM UM ÓLEO CUJOS MÚLTIPLOS USOS JÁ SÃO BASTANTE CONHECIDOS PELA INDÚSTRIA QUÍMICA.

A introdução de novas lavouras no País é periodicamente cogitada como possível solução para problemas de certas áreas. Em geral, pensa-se no Nordeste, onde processos arcaicos de produção de cultivos tradicionais contribuem para perpetuar indefinidamente a pobreza. Pelas próprias deficiências estruturais da região, cabe ao Estado promover a divulgação de novas opções de plantio e dos sistemas de produção adequados. No entanto, ao entusiasmo suscitado pelas possibilidades de um novo cultivo tem-se seguido seu esquecimento, resultado da escassez de recursos e da descontinuidade administrativa. Lavouras como as da algaroba, tungue e guar passaram por este processo. Desde há alguns anos, porém, surgiram referências a uma cultura de grande potencial, que vem sendo implantada de modo lento, porém costante, no Nordeste: a jojoba.

A revista norte-americana **Farmline** publicou, em seu número de abril, matéria(*) sobre este vegetal, em que é comentada sua provável importância no futuro e a confiança de diversos empresários em sua viabilidade comercial. Atualmente, entre 75 e 100 fazendeiros a cultivam numa área de cerca de 30 mil acres (1 acre = 4.047 m^2) nos estados da Califórnia, Arizona e Texas. A extensão das plantações varia de meio acre a 5.000 acres.

(*) *Responding to Jojoba's Lure* — **baseado em informações dos economistas Barbara Stucker e James Fleming, do Serviço de Pesquisa Econômica do *USDA*.**

Cultivo ideal para climas áridos, a jojoba já é plantada, além dos EUA, no México, Austrália, África do Sul, Brasil, Costa Rica e Israel. Esta expansão é, porém, bastante recente. Embora o óleo de jojoba já fosse muito valorizado pelas indústrias norte-americanas, por ser um lubrificante resistente a altas temperaturas, apenas depois de 1971, quando se passou a considerar o cachalote à beira da extinção (época em que os **EUA** suspenderam suas compras de óleo de baleia, desenvolvendo substitutos sintéticos), voltou a ganhar maior notoriedade.

Há grande possibilidade de boa adaptação da planta às condições do Nordeste brasileiro. Áreas naturais de jojoba estão espalhadas em territórios de clima tão ou mais hostil do que o nordestino, através da Baixa Califórnia, Sul do Arizona, no deserto da Califórnia, a leste de Los Angeles e San Diego e em quase 1.000 milhas quadradas do Oeste mexicano (260 mil ha). Milhões de arbustos de jojoba salpicam as vertentes e vales dessa área, ocupando elevações entre 2.000 e 4.000 pés (ver Mapa 01).

Poucas plantas podem sobreviver às condições inóspitas da região, com suas chuvas esparsas (alguns lugares com menos de 5 polegadas/ano), solos pobres e temperaturas que chegam a se aproximar dos 50° C. No entanto, a jojoba desenvolveu mecanismos de sobrevivência: não precisa de água durante o verão, quando quase nunca chove ali, o que permite reduzir os custos de irrigação das lavouras comerciais, pois a jojoba consome mais água no fim do inverno e da primavera. É coberta por uma película de cera que virtualmente sela seus poros (**stomata**), desse modo reduzindo a evaporação que, na baixa umidade do deserto, rapidamente a murcharia; possui grande tolerância às mudanças de temperatura e pode facilmente resistir às altas temperaturas do dia e às baixas da noite; mostra notável resistência ao sal, substância comumente encontrada em desertos e letal à maioria das plantas. A jojoba não apenas sobrevive em ambiente tão adverso, mas também tem um tempo de vida que pode exceder os 100 anos. Esta grande resistência, porém, levou à ilusão de que poderia crescer em qualquer lugar. Segundo **Farmline**, há a necessidade de uma combinação específica de condições ambientais para o êxito dos cultivos comerciais.

". . . a jojoba não precisa de água no verão . . ."

Características da planta e do óleo

A jojoba é um arbusto lenhoso, vertical, oscilando entre dois a quinze pés de altura (1 pé = 30,48 cm). As folhas são coriáceas, ovais, cinza-

EUA E MÉXICO – ÁREA DE OCORRÊNCIA DA JOJOBA NATIVA

Mapa 01.



Limites aproximados da área de ocorrência da Jojoba nativa

FONTE-USDA

esverdeadas, de cerca de uma polegada (= 25,4 mm). As plantas individualizadas podem ser masculinas e ter flores com pólen ou ser femininas e ter flores semelhantes a folhas, delgadas, verdes que, quando polinizadas, transformam-se em frutos. O fruto é esverdeado e mais ou menos do tamanho de uma azeitona.

A aridez do deserto atrofia a jojoba e o rendimento pode ser menor do que uma libra (= 0,454 kg) de sementes por arbusto, mas a média é de cinco libras. Quando tratado, o arbusto pode render mais do que 12 libras de sementes limpas e secas. Alguns animais do deserto comem as sementes e investigações de 1976 buscaram determinar se o seu farelo (resíduo após a extração do óleo) pode ser usado para ração animal.

O óleo de jojoba

As sementes de jojoba constituem-se de cerca de 50% de óleo, cujas estrutura química e configuração molecular são bem diferentes das de outros óleos vegetais. Os óleos encontrados no amendoim, milho, soja, caroço de algodão e azeitona são combinações esteróides de glicerol e ácidos gordurosos, mas, no óleo de jojoba, o glicerol (a molécula com três grupos de álcool) é substituída por uma molécula linear muito maior, com apenas um grupo de álcool. Talvez as características peculiares da semente da jojoba favoreçam a sua difusão e perpetuidade na aspereza do deserto. Até o momento, só se conhece um outro organismo que produz um óleo similar ao da jojoba, o cachalote. O porquê um único animal e uma única planta deixaram a corrente principal da evolução para produzir suas substâncias ímpares, que são ceras líquidas em lugar de gorduras, não é conhecido. O fato de que os dois desenvolveram óleos virtualmente idênticos é uma das grandes coincidências da natureza. Ambos são moléculas polinsaturadas (isto é, contêm ligações duplas entre alguns átomos de cadeia de carbono). Há diferenças estruturais entre os dois: as moléculas do óleo de jojoba são ligeiramente maiores.

A prensagem das sementes de jojoba, feita em equipamento convencional de extração e refino do óleo vegetal, produz uma substância pura e não contaminada, clara como água e ino-

dora. O óleo obtido de sementes desenvolvidas em locais distantes entre si, no Arizona Central e no sul da Baixa Califórnia, apresentam a mesma estrutura química.

Potencial industrial

O óleo pode tornar-se um insumo básico para a indústria química. Sua estrutura molecular característica (uma estrutura química formada quando um ácido combina-se com um álcool) permite muitas transformações químicas, incluindo hidrogenação, isomerização, sulfuclorinação, epoxidação, sódio-redução e hidrólise. Todas essas reações produzem novos compostos, com propriedades importantes para a indústria.

Segundo um relatório do **USDA**, de 1976, um painel da **Academia Nacional de Ciências dos EUA**, em 1975, concluiu uma análise de dois anos sobre o óleo e demonstrou seu valor para as seguintes indústrias:

1) Automotiva e têxtil: como lubrificante;
2) Cosmética: descorante, óleo desodorizante com notável resistência à oxidação e ao ranço;
3) Óleo vegetal vetor para pesticidas e hormônios vegetais, agente impermeabilizante, amaciador para couro e adesivos;
4) Através da hidrogenação, pode ser **endurecido**, adquirindo a consistência da margarina, ou de um sólido luzente, cristalino, com ampla gama de usos potenciais, desde ceras para polir carros, a velas que não entortam em altas temperaturas. Para tais aplicações, substituiria as crescentemente escassas e caras ceras de carnaúba e de **candelilla**;
5) Através de outras reações específicas, forma compostos que servem para óleos e sólidos elásticos, que encontram aplicações na manufatura de lubrificantes, vernizes, borracha sintética, linóleo e tinta de impressão.

Como o óleo de jojoba não é atacado pelas enzimas de lipídios do estômago humano, que hidrolisam óleos vegetais e gorduras animais, ele passa através do aparelho digestivo sem ser absorvido e, em princípio, fornece à indústria de alimentos um óleo vegetal sem calorias, para tempero de saladas e maionese dietéticas.

Segundo a revista **Farmline**, um dos desafios que o agricultor desejoso de plantar jojoba deve enfrentar é o de saber distinguir o que é apenas promissor das reais possibilidades de seu cultivo. Com todas as promessas, é surpreendente que o óleo de jojoba não se tenha desenvolvido décadas atrás. Mas, como ocorreu com muitas outras descobertas, os pesquisadores não conseguiram despertar adequadamente a atenção daqueles que possuem autoridade e fundos para tirá-la dos laboratórios e jogá-la no mercado. Os principais aspectos da importância da jojoba foram anunciados em 1935, mas foram esquecidos em 1936. Depois, em 1943, sob as pressões da guerra mundial por matérias-primas, o desenvolvimento da jojoba foi retomado com vigor, para, em seguida, ser novamente esquecido, sendo, então, a principal plantação destruída. A partir daí, a jojoba tem sido periodicamente redescoberta, mas não foi senão em 1971 que cientistas norte-americanos fizeram contatos com administradores que podiam estabelecer um projeto bem consolidado.

Naquele ano, lembra o supracitado relatório do **USDA**, pesquisadores contataram o **Escritório da Oportunidade Econômica (Office of Economic Opportunity)**, que estava procurando maneiras de melhorar a situação dos índios americanos moradores das abrasadoras e áridas reservas do Arizona e da Califórnia. Durante um período de nove meses, os cientistas encontraram-se com o corpo técnico do **OEO** e descobriram que a jojoba já estava crescendo luxuriantemente em grande parte das terras índias do Sudoeste. O interesse do **OEO** foi acicatado com esta descoberta e, em junho de 1972, a agência financiou uma conferência sobre a jojoba, de modo que uma ampla mostra do conhecimento sobre a planta — a maior parte não publicada ou sepultada em relatórios velhos de vinte anos — pôde ser exposta à moderna avaliação. Mais de 150 pesquisadores e representantes das indústrias se reuniram na **Universidade do Arizona**, em Tucson, para examinar todas as informações conhecidas sobre a jojoba. Naquela oportunidade, procuraram alguma dificuldade aparentemente insuperável que pudesse derrotar as tentativas para desenvolver a planta como uma cultura para os índios. Nenhuma foi encontrada.

Já existem oito indústrias processadoras nos EUA

A primeira vez em que se obteve óleo extraído de lavouras cultivadas e, não, de arbustos silvestres, foi no verão (do Hemisfério Norte) de 1983. Naquele ano, fortes chuvas em todo Sudoeste dos **EUA** aumentaram em 25% o rendimento das plantas silvestres, comparativamente ao da colheita de 1982.

Segundo a empresa **Plantadores e Processadores de Jojoba, Inc**, de Apache Junction, Arizona: "as plantações mais antigas estão-se aproximando, agora, da época da colheita inicial". "Ao final da década de 80, cerca de 30 mil t de sementes de jojoba serão colhidas dos atuais plantios".

Desde meados da década de 70, cerca de oito indústrias processadoras foram instaladas, variando, em tamanho, desde uma garagem pequena, com capacidade de produzir menos da metade de um barril de óleo por dia, até unidades maiores que pro-

duzem cerca de 25 barris por dia. O Gráfico 05 apresenta a projeção da produção do óleo de jojoba, nos **EUA**, até 1990.

Além das lavouras dos **EUA**, a **Plantadores e Processadores de Jojoba Inc.** estima que cerca de 10 mil acres de jojoba estejam atualmente plantados nos países anteriormente referidos.

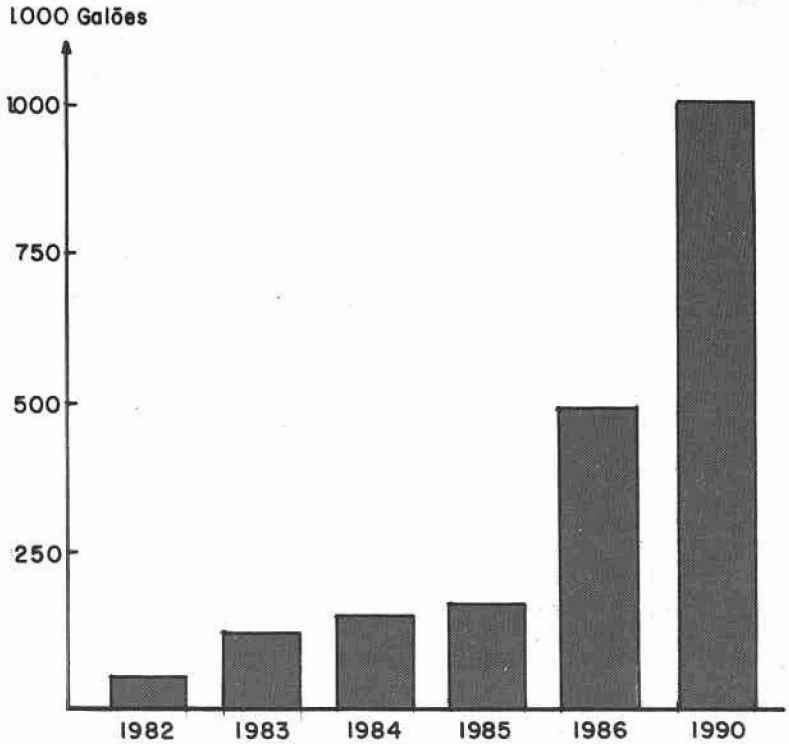
Caso o mercado assegure um preço adequado para o óleo da primeira colheita das lavouras comerciais e ainda aquele a ser produzido pelos plantios espontâneos, poderá estimular, grandemente, o interesse comercial e industrial pela jojoba.

"O inverno normalmente seco de 1981 prejudicou aproximadamente 1/3 da safra, elevando o preço do galão (1 galão americano = 3,785 l) do óleo para além de US$ 100", registra **Stucker**. Em 1982, o preço da jojoba foi de US$ 90/galão; no início de 1983, US$ 65; e, recentemente, US$ 45".

"Para que o óleo de jojoba possa vir a ser largamente consumido pelas indústrias de alimentos e lubrificantes, será necessário que seus preços caiam para aproximadamente metade dos atuais".

Segundo o texto de **Farmline**, parece que as reduções de preços causaram impacto no mercado. "As flutuações de preço esfriaram um pouco o interesse comercial para a fabricação de novos produtos de jojoba". "Hoje, no entanto, com os preços menores e a possibilidade de as plantações comerciais assegurarem uma oferta mais estável, muitas companhias estão reativando os projetos de pesquisa para os produtos derivados da jojoba".

EUA : PROJEÇÃO* DA PRODUÇÃO DE ÓLEO DE JOJOBA
1982 / 1990
(1.000 Galões) **Gráfico 05**



* Estimativas não-oficiais, baseadas em informações de produtores e industriais
FONTE – Farmline, abril de 1984

Dificuldades do plantio

Uma vez plantada, a jojoba provavelmente sobreviverá a uma ou duas gerações de agricultores, mas o retorno do investimento não é imediato. O agricultor pode ter de esperar muito, antes que uma lavoura nova de jojoba possa gerar algum lucro.

"Atualmente, demora cinco anos para que a jojoba produza semente madura para a colheita e de sete a doze anos para que a planta atinja sua plena capacidade produtiva". "Algumas plantas dão sementes após três anos, mas seu rendimento é muito baixo e a colheita comercial não é considerada lucrativa. Os pesquisadores estão procurando meios de antecipar a produção em nível comercial".

Outro obstáculo para o aumento da produção têm sido os métodos de colheita. "No momento, quase toda a apanha é feita manualmente, o que dá um rendimento de 4 a 5 libras-peso de semente por hora. Os pesquisadores da **Universidade da Califórnia** es-



tão desenvolvendo técnicas de colheita mecânica usando uma colheitadeira de **blueberry** para plantas de cinco anos e que já tenham sido desbastadas. A colheita de 4 a 5 acres por dia poderia ser muito superior ao trabalho manual e menos dispendiosa no longo prazo".

Os mercados de jojoba

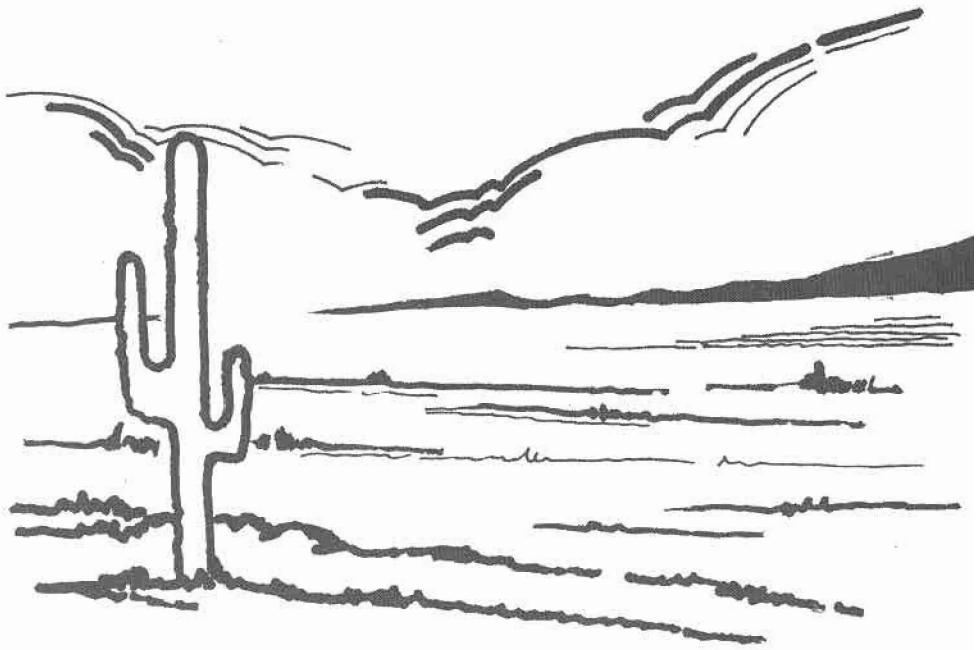
"A partir de 1979, foram introduzidos no mercado cerca de duzentos produtos contendo óleo de jojoba e outros usos estão sendo testados. Sua utilização atual e potencial inclui xampus e acondicionadores para o cabelo, óleo de baixa caloria para a cozinha e para o tempero de saladas, rações de alto teor proteínico para o gado, cosméticos, produtos farmacêuticos, lubrificantes industriais, ceras e aditivos e preservativos para alimentos".

"As indústrias de cosméticos usam a jojoba como uma base para seus produtos, devido à sua capacidade de penetrar na pele rapidamente, não sendo gordurosa. Também os laboratórios farmacêuticos podem usar o óleo como um agente anti-espuma, na manufatura de penicilina".

"Em estado líquido, a jojoba suporta altas pressões e temperaturas, o que a torna um lubrificante industrial de alto valor. No final da década de 70, os pesquisadores descobriram que o óleo de jojoba é quatro vezes mais eficiente, como lubrificante para transmissões automáticas, do que o óleo de baleia".

"O óleo de jojoba também pode ser transformado numa cera dura, de qualidade superior à da maioria das outras ceras. Pode ser aplicada em assoalhos, papel carbono, e no polimento de sapatos, mobílias e automóveis".

"Até na indústria de alimentos, a cera de jojoba é utilizada . . ."



"Até na indústria de alimentos, a cera de jojoba é utilizada, servindo para retardar a deterioração e o envelhecimento, além de reter o sabor dos alimentos. A cera também pode entrar no fabrico de velas, plásticos, detergentes e gomas de mascar".

"A utilização potencial não pára aí. O farelo de jojoba, um subproduto do óleo, contém de 26% a 32% de proteínas, além de carboidratos e fibras, o que o torna um possível componente de rações animais".

"Embora ainda haja dúvidas quanto às qualidades da jojoba, o interesse está crescendo. De acordo com a empresa supracitada, poucas universidades estavam realizando pesquisas com jojoba quando ela mesma iniciou as operações em 1976. Agora, existem projetos de pesquisa em diversas instituições".

"Para vencer os riscos associados à determinação do sexo da planta antes do plantio, os pesquisadores tentam desenvolver um cultivar que possua flores tanto femininas quanto masculinas. Também estão sendo testados métodos de polinização(*) da jojoba através da coleta do pólen e sua aspersão mecânica em campos de plantas femininas, técnica que tem apresentado bons resultados com outras plantas".

Conforme os autores do artigo em referência, "não se pode garantir que a jojoba cumpra tudo o que promete". No entanto, o presidente da **Plantadores e Processadores de jojoba Inc** não parece ter dúvidas a respeito.

Como opção para as terras áridas, não se questiona sua importância. Já nos anos cinqüenta, pesquisadores israelenses levaram-na para o deserto do Neguev e para as margens salgadas do Mar Morto. Em 1975, obtiveram uma ótima produção e, por esse motivo, foram contemplados com US$ 1,4 milhão do governo de Israel e do Banco Mundial para começar a estabelecer as atuais plantações. Na Austrália, o governo realizou pesquisas para que os aborígenes a cultivem nas áreas desérticas do país. No Brasil, ainda não se dispõe de um plano específico para a jojoba e, sem o apoio oficial, sua expansão deverá ser lenta. A potencialidade do cultivo já está provada. Faltando, porém, maior apoio aos estudos para sua adaptação, a fim de que também não caia no esquecimento.

(*) As flores de jojoba não têm pétalas, néctar ou odor que atraiam insetos, daí a polinização natural depender do vento.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Os **Atos nºs 19/84**, de 18/5/84 e **21/84** de 25/5/84, do **IAA**, (**Diários Oficiais** de 24/5/84 e 29/5/84), distribuem os volumes de açúcar e álcool a serem produzidos nas usinas e destilarias dos estados da região Centro-Sul e Pará, Maranhão e Ceará. Os totais fixados incluem a produção realizada em abril de 1984, por força da antecipação da safra levada a efeito pelas usinas e destilarias.

O **Ato nº 20/84**, de 22/5/84, do **IAA**, fixa os volumes e tipos de açúcar destinados à exportação, a serem produzidos pelas usinas do estado de São Paulo na safra de 1984/85, num total de 648 mil t, dos quais 400 mil t de demerara, 140 mil t de cristal especial e 108 mil t de açúcar refinado branco (**Diário Oficial** de 4/6/84).

O **Ato nº 22/84** de 30/5/84 (Diário Oficial de 31/5/84) do **IAA** reajustou, em percentuais variáveis, os preços da tonelada de cana-de-açúcar e do mel residual e as remunerações dos produtores de açúcar e álcool. No que se refere à cana-de-açúcar, os reajustes foram de 38,6% para o **Rio de Janeiro**, 45,1% para o **Espírito Santo** e **Minas Gerais**, 48,4% para os demais estados do **Centro-Sul** e 30,6% para os estados do **Norte-Nordeste**. Os produtores de açúcar terão sua remuneração reajustada em 44,7%, no estado do **Rio**, 40,3% no **Espírito Santo** e **Minas Gerais**, 48% nos demais estados do **Centro-Sul** e em 39% nos do **Norte/Nordeste**. Os mesmos reajustes vigorarão para os produtores de álcool.

Ao contrário do que ocorreu em outras oportunidades em que foram concedidos reajustamentos diferenciados, agora, os reajustes menores recaíram justamente sobre os estados beneficiados pelos subsídios de equalização, o que deverá resultar em redução deste subsídio.

O reajuste anterior dos preços da cana e do mel residual e das remunerações dos produtores de açúcar e álcool ocorreu em 22/2/84 e foi de 46% para todas as regiões.

O **Ato nº 23/84**, de 31/5/84, do **IAA**, divulga as tabelas explicativas referentes aos reajustes dos preços da cana e das remunerações dos produtores de açúcar e álcool. O Quadro 09 discrimina alguns dos novos valores. O **Ato nº 23/84** discrimina ainda o montante dos subsídios de equalização concedidos (ver Quadro 10). Em relação aos subsídios até então vigentes, verifica-se que no **Norte/Nordeste** tiveram um crescimento nominal de 17%, no estado do **Rio de Janeiro** de 27% e em **Minas Gerais** e **Espírito Santo** foram reduzidos, nominalmente, em 79% (**Diário Oficial** de 4/6/84).

Em decorrência do **Ato nº 22**, do **IAA**, a **Sunab** baixou a **Portaria nº 62**, de 1º/6/84, fixando os preços do açúcar cristal **standard**, superior e especial (**Diário Oficial** de 5/6/84).

Em 6/6/84, a **Portaria nº 63** da **Sunab**, divulgou os **preços refinaria CIF** e **consumidor** do açúcar refinado amorfo, a vigorarem nos municípios das regiões metropolitanas do



QUADRO 09 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÕES DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL			NORTE/ NORDESTE
	Rio de Janeiro	Minas Gerais/ Espírito Santo	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cr$/t)				
no campo	15.681,41	15.339,48	14.927,37	19.066,29
na esteira	21.300,18	20.887,68	20.373,57	25.598,92
Remuneração ao produtor[1] (Cr$/50 kg)				
Açúcar cristal standard	15.658,48	13.598,10	13.474,54	17.956,73
superior	16.376,44	14.676,06	14.552,50	19.034,69
especial	17.275,42	15.215,04	15.091,48	19.573,67
Preços do açúcar e álcool para o mercado interno[2] (Cr$/50 kg)				
Açúcar cristal standard	23.218,88	23.202,38	23.198,93	23.253,35
superior	24.537,56	24.521,07	24.517,59	24.573,05
especial	25.196,93	25.180,41	25.176,96	25.231,44
Álcool (Cr$/l)				
anidro	498,09	491,75	490,42	511,37
hidratado	471,68	465,57	464,27	484,47
Preços do açúcar e álcool para exportação (Cr$/50 kg)				
Açúcar demerara		14.679,56		19.623,70
Cristal especial		16.887,37		–
Refinado granulado		20.236,09		20.894,79
Álcool (Cr$/l)				
anidro	495,58	489,27	487,95	508,79
hidratado	469,30	463,27	461,93	482,04

FONTE – IAA, Ato nº 23/84 e Sunab, Portaria nº 62.

[1] **A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização.**

[2] **Os preços aqui considerados são os *preços oficiais* de *faturamento*, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere, ao ICM foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17% e são os constantes da *Portaria nº 62* da Sunab.**

Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e **Belo Horizonte** e nos municípios de **Vila Velha, Cariacica, Viana** e **Serra,** todos no **Espírito Santo**, que foram fixados em Cr$ 31.025/50 kg (**preços refinaria**) e Cr$ 643 kg (**consumidor**). Para os municípios da região metropolitana de **Curitiba**, os preços serão de Cr$ 31.314/50 kg e Cr$ 649/kg e nos municípios da região metropolitana do **Recife**, Cr$ 35.621/50 kg e Cr$ 746/kg.

O reajuste anterior do açúcar refinado amorfo ocorreu em 29/2/84 e os novos preços representam uma elevação de 43% em relação àqueles.

QUADRO 10 – SUBSÍDIOS DE EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS

DISCRIMINAÇÃO	RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS/ ESPÍRITO SANTO	NORTE/ NORDESTE
Açúcar (Cr$/50 kg)			
Cristal	2.183,94	123,56	4.482,19
Demerara para exportação	–	–	4.302,90
Refinado de produção direta	–	–	4.661,48
Álcool de produção direta (Cr$/l)			
Anidro	68,48	3,66	140,55
Hidratado	64,69	–	132,77
Mel Rico Invertido (Cr$/t)	–	–	53.187,29

FONTE – IAA – Ato nº 23/84.

AGROTÓXICOS

A **Portaria GAB/SNVS nº 22**, de 18/5/84, da **Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária** do **Ministério da Saúde** (**Diário Oficial** de 22/5/84) atribui à **Dinal — Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos** — a elaboração e atualização anual da **Relação de substâncias com ação tóxica sobre animais e plantas, cujo registro pode ser autorizado no Brasil em atividades agropecuárias e em produtos domissanitários.** A medida levou em consideração a necessidade de sistematizar e manter atualizados os dados técnicos relativos àquelas substâncias e "o imperativo de fixar parâmetros básicos relacionados à maior segurança no uso dessas substâncias, de forma a minimizar os potenciais riscos à saúde humana, inerentes ao seu emprego".

A **Relação** deverá conter, entre outras informações, marcas da substância e de produtos que a contenham, classificação toxicológica, especificações físico-químicas e quando for o caso, limites máximos de contaminantes químicos de alto risco à saúde humana, intervalo de segurança entre aplicações sucessivas e limites máximos de resíduos permitidos em alimentos ou matérias-primas alimentares.

A medida revoga as **Portarias nºs 13/83** e **20/83** da **Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária** que permitiam o uso das substâncias ali relacionadas.

Até a atualização pela **Dinal**, vigorarão os dados publicados nos Anexos 1 e 2 da Portaria em apreço, que não estabelece prazo para a elaboração da **Relação**.

A **Portaria nº 18**, de 5/6/84, da **Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura** (**Diário Oficial** de 8/6/84) aprova as normas sobre registro de produtos fitossanitários ou defensivos agrícolas, revogando a **Portaria SDSV nº 11**, de 26/4/82.

As normas definem o que são produtos fitossanitários ou defensivos agrícolas ("substâncias ou misturas de substâncias de natureza química ou biológica e os organismos vivos, destinados a prevenir, controlar, destruir, atrair ou repelir qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nocivo às plantas úteis e a seus produtos"), matérias-primas, produtos técnicos, ingredientes ativos etc. As normas determinam, ainda, os **Procedimentos para o Registro e sua Renovação**, explicitando as informações que deverão ser anexadas na ocasião, bem como aquelas que deverão constar do rótulo do produto. Esclarecem, ainda, as normas, que os ingredientes ativos, após sua aprovação sob o aspecto fitossanitário, deverão ter seus processos encaminhados ao **Ministério da Saúde**, para o estabelecimento dos limites máximos permissíveis de resíduos e o intervalo de segurança. No caso de **Registros de Novos Ingredientes Ativos** ou de primeira renovação após a publicação das **Normas** em epígrafe, os processos deverão ser encaminhados à **Secretaria Especial do Meio Ambiente**, para análise dos efeitos do **ingrediente ativo** sobre o meio ambiente.

CAFÉ

A **Resolução nº 13/84** de 25/5/84 do **Instituto Brasileiro do Café** (**Diário Oficial** de 1º/6/84) fixa novas quotas de contribuição para as exportações de café solúvel com embarques entre 28/5/84 e 31/7/84: US$ 1,36/lb peso para o **spray-dried** e extrato de café solúvel e US$ 1,68/lb peso para o **freeze-dried**, isto é, dez centavos de dólar a mais do que as quotas vigorantes. A **Resolução** mantém, até 30/6/84, a quota de contribuição de US$ 93/saca de 60 kg de café verde ou descafeinado em grão (ou 48 kg de café torrado e moído). Fica revogada a **Resolução nº 11/84** de 25/4/84.



TRIGO

A **Portaria nº 61**, de 31/5/84 da **Sunab** (**Diário Oficial** de 4/6/84) fixa em Cr$ 355.570/t (US$ 225/t) o preço da aquisição do trigo com PH 78 a ser produzido na safra de 1984. Este preço, que vigorará no mês de junho, é 18,5% superior ao fixado pela **Portaria Super nº 59** de 30/3/84.

Recorde-se que se encontra em vigor a prática de correção mensal de preços com base na desvalorização cambial efetivamente ocorrida até o último dia de cada mês (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 4, abril de 1984).

Por outro lado, deve-se observar que o preço de revenda aos moinhos é de Cr$ 148.218/t. Até o momento, a diferença entre o preço de aquisição e o preço de revenda não tem conseqüência prática, pois a safra nova só começará a entrar no mercado em setembro, mas indica que, se for mantida a decisão de eliminar o subsídio nessa época, deverá haver uma considerável elevação nos preços de revenda aos moinhos. Até o momento, nada há de definido, entretanto, ainda há sérias dúvidas quanto à viabilidade de tal medida, dadas as suas repercussões sobre os índices de preços.

A este respeito, é também interessante observar que em junho, os preços do pão foram reajustados, em 33%, devido à elevação de outros custos incidentes na fabricação do pão.



CRÉDITO RURAL

Ante as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para a tomada de empréstimos de comercialização, **EGF's**, dada a escassez de recursos monetários decorrente das retrições à expansão do crédito, impostas pelo **Orçamento Monetário**, o **Banco Central** decidiu, no início de junho, prorrogar por um mês, a contar da data de vencimento da primeira prestação, o pagamento dos empréstimos de custeio com vencimento nos meses de maio e junho.

A medida, fixada na **Circular 861** de 4/6/82 do **Banco Central** (**Diário Oficial** de 5/6/84), determina que as prestações beneficiadas pela prorrogação estarão sujeitas a juros de 3%, além da correção monetária plena. Embora estes encargos superem os previstos originalmente (85% de variação das **ORTN's** e juros de 3% a.a.), são inferiores às penalidades decorrentes do atraso: correção monetária plena e juros de 12% ao ano. Só poderão prorrogar seus débitos os agricultores que não tiverem tomado **EGF's** na presente safra.

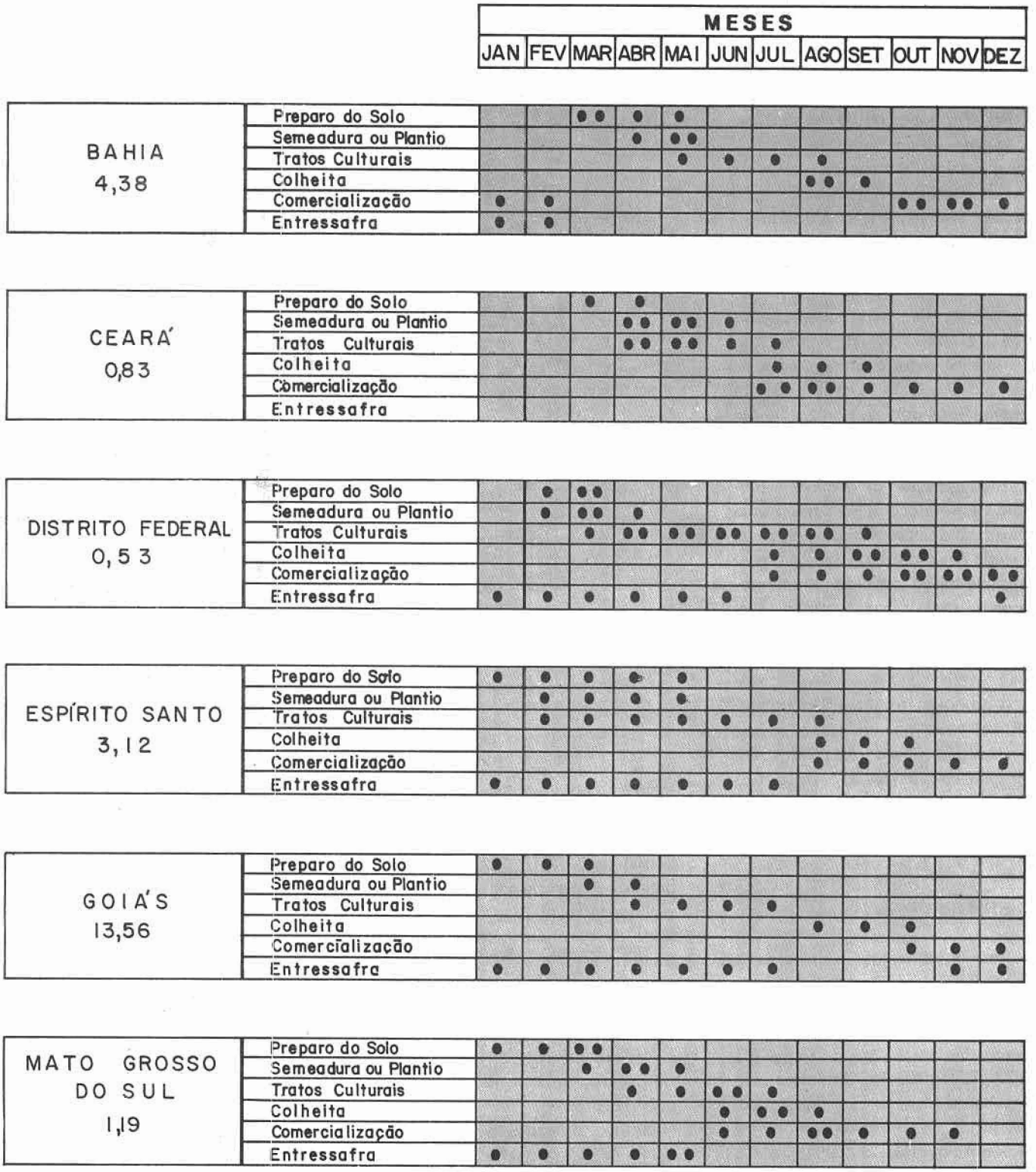
A medida, entretanto, é controversa. Alguns analistas acreditam que a prorrogação terá um caráter quase que automático, isto é, a maior parte daqueles que têm empréstimos a vencer a farão, ao passo que a liquidação do custeio, com possibilidade de tomar **EGF**, levaria um número considerável de agricultores a liquidar o financiamento e vender a safra, ou estocá-la com recursos próprios.

Por outro lado, trata-se, mais uma vez, de medida **ad hoc**, isto é, destinada a resolver um problema imediato, que poderia ter sido previsto e solucionado com medidas de mais longo alcance. Não será cair na repetição afirmar que a falta de uma definição mais permanente da política é preferível, pois diminui a incerteza que cerca a atividade agrícola e à qual o agricultor é tão adverso.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

ALHO

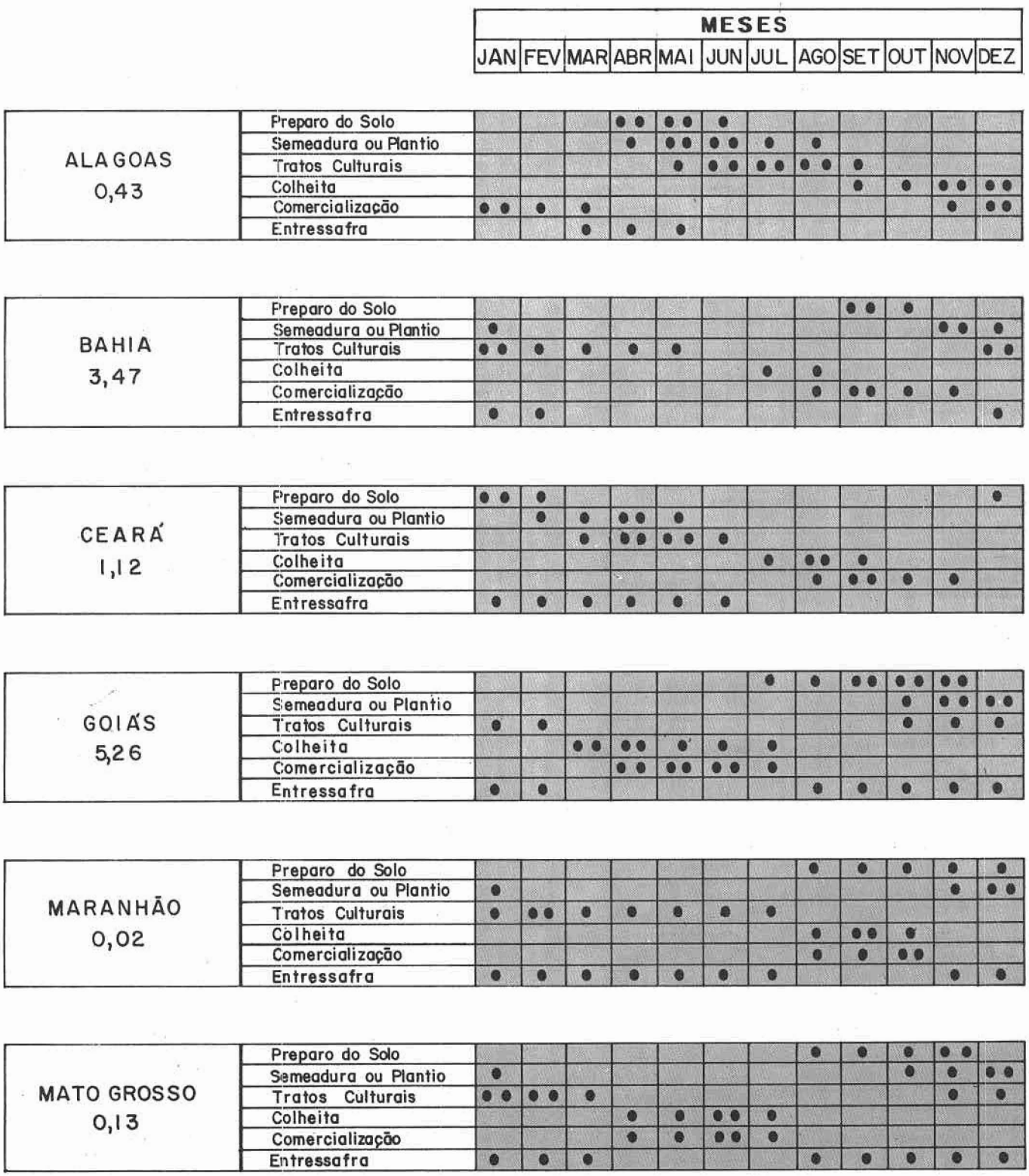
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E SUA PARTICIPAÇÃO NA SAFRA DE 1982/83



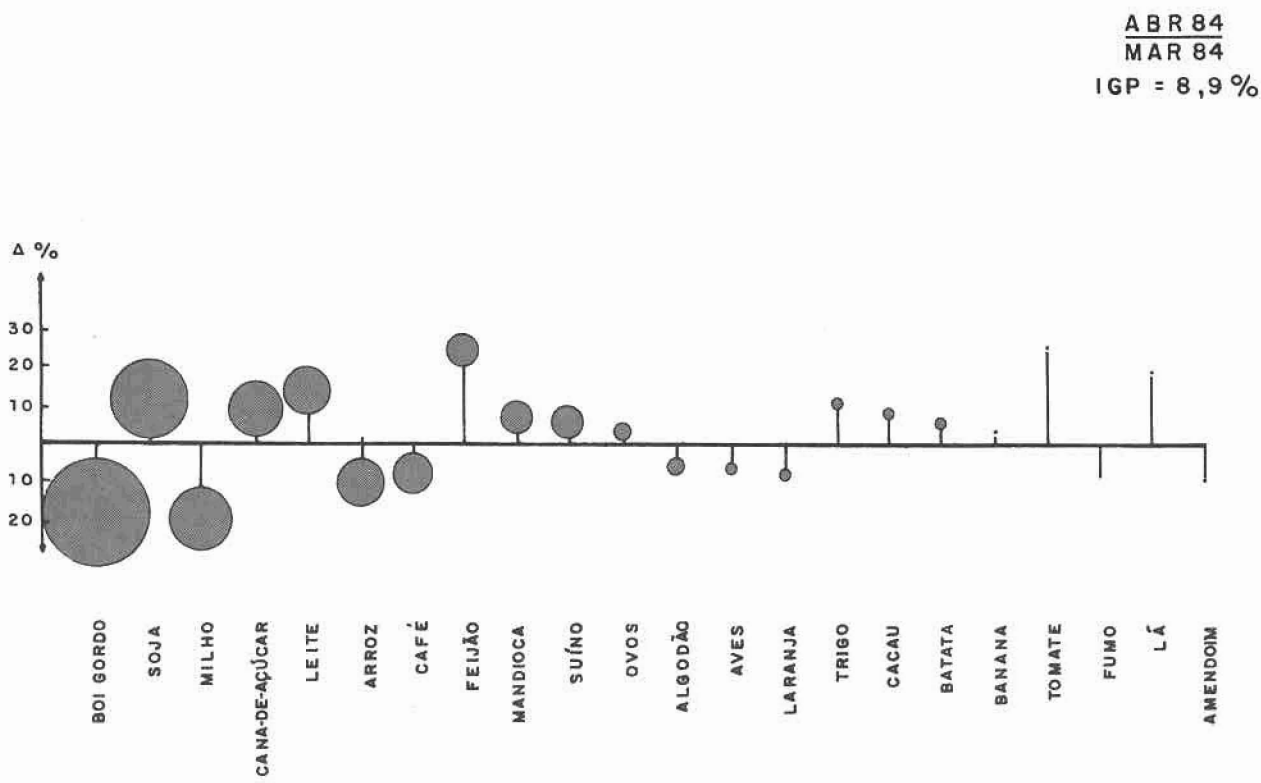
OBS: O duplo sinal (●●) corresponde à epoca em que a atividade se desenvolve mais intensamente.

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINAS GERAIS 33,47	Preparo do Solo	●	●●	●●	●	●							
	Semeadura ou Plantio	●	●	●●	●●	●							
	Tratos Culturais		●	●●	●●	●●	●	●					
	Colheita						●	●●	●●	●●	●		
	Comercialização							●	●●	●●	●●	●	●
	Entressafra												
PARANÁ 6,51	Preparo do Solo	●●	●										
	Semeadura ou Plantio			●●	●								
	Tratos Culturais				●	●●	●						
	Colheita						●	●●	●				
	Comercialização							●	●●	●			
	Entressafra										●	●●	●
PARAÍBA 0,89	Preparo do Solo			●	●●	●							
	Semeadura ou plantio				●	●●							
	Tratos Culturais					●	●	●	●				
	Colheita								●	●			
	Comercialização									●	●●	●●	
	Entressafra	●	●	●	●								●
PIAUÍ 0,52	Preparo do Solo						●	●●	●				
	Semeadura ou Plantio						●	●	●●	●			
	Tratos Culturais							●	●●	●			
	Colheita									●	●●	●	
	Comercialização									●	●●	●	●
	Entressafra	●	●	●	●	●	●	●					
R.G.DO NORTE 0,15	Preparo do Solo					●	●	●●					
	Semeadura ou Plantio						●	●●	●	●			
	Tratos Culturais							●	●	●●	●●	●	●
	Colheita											●	●●
	Comercialização	●	●									●	●●
	Entressafra	●	●	●	●	●	●	●					
R. G. DO SUL 10,35	Preparo do Solo			●●	●								
	Semeadura ou Plantio				●	●	●						
	Tratos Culturais							●	●				
	Colheita										●	●	
	Comercialização	●	●	●	●	●	●						●
	Entressafra							●	●	●	●	●	
SÃO PAULO 8,98	Preparo do Solo	●	●	●	●								
	Semeadura ou Plantio			●●	●●								
	Tratos Culturais			●	●	●	●						
	Colheita							●●	●●	●●			
	Comercialização	●	●	●	●	●	●	●●	●●	●●	●●	●	●
	Entressafra	●	●	●	●	●	●				●	●	●

ALGODÃO HERBÁCEO
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES
E SUA PARTICIPAÇÃO NA SAFRA DE 1982/83

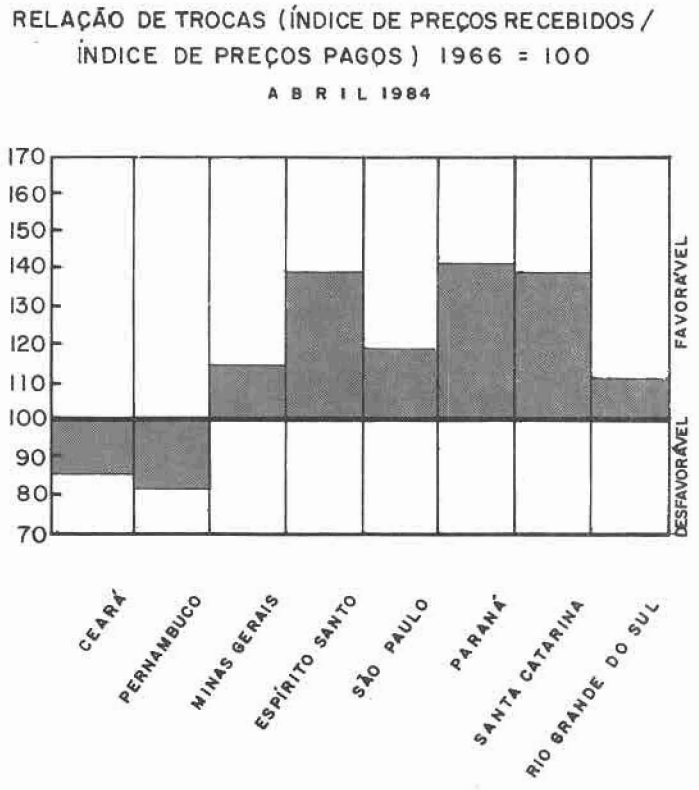


PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativa a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de maio).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de maio*
3 — Preço médio na última quinzena de maio*
4 — Preço médio na última semana de maio*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
					J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	9,93	5,79	5,83	5,80	5,79		6,09	6,32			6,90		7,48		7,77		➡	Estimativa de oferta mundial superavitária, em 1984/85. Expectativa quanto à negociação do novo Acordo Internacional do Açúcar.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	73,36	83,72	85,11	85,36	83,72	81,14		80,03		77,09			78,21		78,72		➡	O ICAC estima a produção mundial em 73,4 milhões de fardos em 1984/85, contra 67,5 milhões em 1983/84. O maior incremento ocorrerá nos EUA, cuja produção deverá alcançar 11,8 milhões de fardos.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.801,00	2.641,19	2.690,78	2.661,50	2.641,19		2.651,62			2.531,57			2.495,24		2.491,57		➡	Parece ter-se esgotado a influência altista provocada pela frustração da safra, que afetou o mercado em maio.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	133,53	149,44	149,36	143,93	149,44		147,46			145,53			143,79		142,09		➡	A possível liberação da quota da OIC e as medidas adotadas pelos países produtores, preocupados com a alta excessiva do mercado internacional, deverão pressionar as cotações.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	309,76	348,95	353,06	352,73	348,95		322,89			301,50			311,15		313,84		➡	Mercado na expectativa da nova quantificação da safra norte-americana.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	630,85	853,75	879,11	866,75	853,75	841,08			732,99		743,28		754,65		762,14		➡	Expectativa de recuperação da produção de óleos vegetais no mercado internacional.
SOJA FARELO US$/tonelada	184,03	197,65	201,80	199,68	197,65	198,93	194,95	187,04		188,40	189,71		192,15		193,68		➡	Lenta evolução da demanda, pressionada pelo fortalecimento do dólar frente às moedas européias.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	355,95	352,32	365,25	362,50	352,32		353,57			367,92			377,73		381,40		➡	A área colhida do trigo norte-americano deverá ser menor do que o inicialmente esperado. Dúvidas quanto ao desenvolvimento da safra de grãos de URSS.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições reais referentes ao mês de maio).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de maio*
3 — Preço médio na última quinzena de maio*
4 — Preço médio na última semana de maio*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	40.272	38.082	38.000	38.000		A estimativa de abril do IBGE elevou novamente a safra nordestina. As exportações poderão ser liberadas.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	47.823	30.659	31.000	31.000		A entrada da safra está pressionando o mercado e o acordo de venda do produto beneficiado gaúcho, corrigido mensalmente pelas ORTN's, não vem atuando efetivamente.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	109.414	135.216	141.465	138.810		A oferta da safra 1984/85 será relativamente apertada, mas a entrada dos principais lotes deverá desaquecer as cotações no curto prazo.
BOI GORDO Cr$/arroba	26.848	28.682	28.800	29.600		Proximidade do inverno. Maior oferta de animais para abate para evitar perda de peso por parte da maioria dos pecuaristas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	60.168	nominal	nominal	nominal	↘	Devido à escassez do produto, as cotações na Bolsa de Cereais de São Paulo estiveram nominais durante o período considerado neste Panorama. Na primeira semana de junho voltou a ser cotado, entre Cr$ 84 mil e Cr$ 87 mil/60 kg.
FRANGO Vivo Cr$/kg	883	828	944	987	↘	Influência da alta do boi gordo e da menor produção de aves.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	11.746	9.518	9.600	9.600	↘	Perdas nas safras do Rio Grande do Sul e São Paulo.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	19.968	22.889	24.225	24.580	↘	O enfraquecimento das cotações no exterior poderá impedir a alta dos preços internos, em termos reais.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

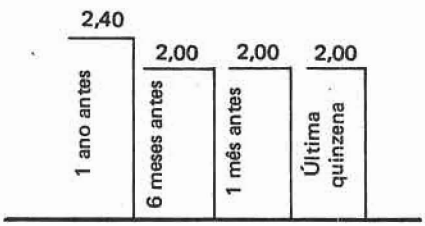
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

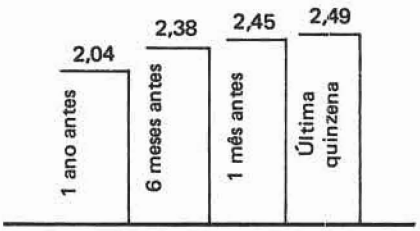
Inalterado

Algodão/Soja



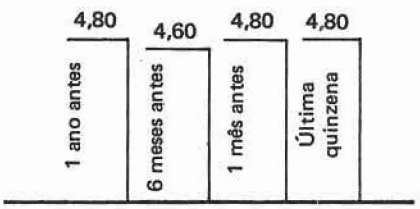
A relação entre os preços da soja e do milho, durante a última quinzena, subiu frente à média do mês, em função do aumento de 3% observado no preço da oleaginosa no período, que suplantou o ganho de 1,2% havido na cotação do milho. O movimento mais forte do preço da soja deveu-se à escassez de óleos vegetais observada no âmbito internacional, em maio.

Soja/Milho



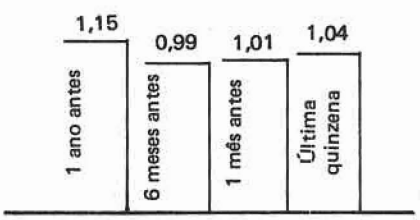
Inalterado

Algodão/Milho



O preço do trigo, durante a última quinzena, avançou 3,7% em comparação com a média do mês, suplantando o supracitado ganho apresentado pela cotação do milho, no período. A pequena variação registrada no preço do milho deu-se em face da calmaria do mercado, tendo em vista que a safra norte-americana 1983/84 encontra-se ainda em desenvolvimento. Já no caso do trigo, o aumento das compras por parte da URSS favoreceu a alta, num mercado até então pressionado por acirrada concorrência entre os países exportadores.

Trigo/Milho

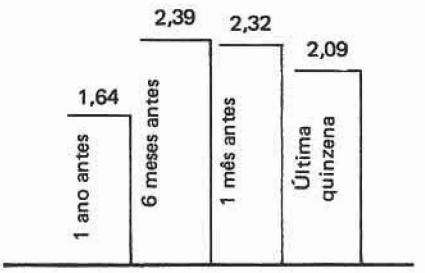


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

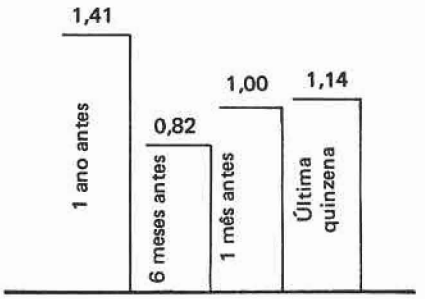
A reação de 2,8% apresentada pelos preços do boi gordo durante a última quinzena do mês reflete uma certa retenção de animais que caracterizou todo o mês de maio. O preço do frango vivo, aumentou 14% durante a última quinzena, numa reação à oferta reduzida das aves para abate. Conseqüentemente, o preço relativo do boi gordo/frango vivo foi, durante a quinzena, inferior à média do mês, mas superior ao de um ano antes.

Boi Gordo/Frango Vivo



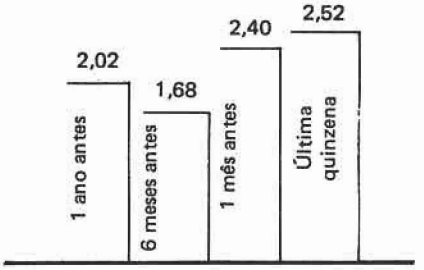
A mencionada recuperação dos preços do frango vivo possibilitou aos avicultores o aumento da rentabilidade da criação, uma vez que o preço da ração, durante a quinzena, manteve-se estável em relação à média do mês.

Frango Vivo/Ração para Ave de Corte



As cotações do milho no mercado interno começam a ensaiar tímida tendência de alta, com a divulgação das perdas localizadas da safra em algumas regiões produtoras. O preço da soja, durante a última quinzena, foi 5,8% superior ao da média do mês, empurrado pela desvalorização do dólar e pelos aumentos seguidos da cotação externa. Há um ano, era menor a diferença entre os preços desses produtos.

Soja/Milho



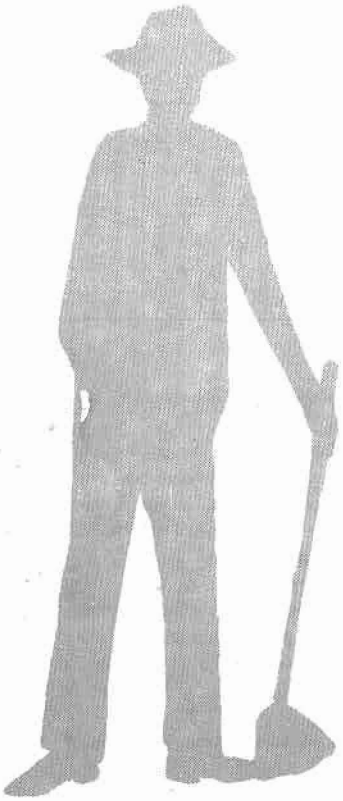
Feijão Preto/Feijão Carioquinha

As cotações do feijão carioquinha aumentaram fortemente há algumas semanas. Embora, com o início da comercialização da safra da seca, tenham recuado bastante (ver Panorama Agropecuário), a falta do produto levou a Bolsa de Cereais de São Paulo a efetuar operações nominais do produto. A não publicação dos valores unitários das transações pela Bolsa impede o cálculo desta relação.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, no nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 11 — LAVOURAS — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO EM ABRIL[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		30.622	(3)	569.762
Algodão		3.321.328		1.871.742
Algodão arbóreo		1.719.918		304.539
Algodão herbáceo		1.601.410		1.567.203
Alho	(2)	5.837		21.967
Amendoim		149.809		240.841
Amendoim (1ª safra)		107.140		184.306
Amendoim (2ª safra)		42.669		56.535
Arroz		5.422.409		9.183.381
Aveia		59.788		56.799
Banana		388.119	(4)	441.765
Batata-inglesa		148.066		1.728.383
Batata-inglesa (1ª safra)		101.273		1.228.602
Batata-inglesa (2ª safra)		46.793		499.781
Cacau		—		—
Café		2.233.576		3.089.731
Cana-de-açúcar		3.844.449		246.507.235
Cebola		65.602		698.883
Centeio	(2)	1.458		1.312
Cevada		74.958		78.706
Coco-da-baía		164.377	(3)	511.433
Feijão		5.094.953		2.591.080
Feijão (1ª safra)		2.837.449		1.416.187
Feijão (2ª safra)		2.257.504		1.174.893
Fumo		281.251		411.871
Guaraná	(2)	70		16
Juta		23.110		23.298
Laranja		623.559	(3)	60.049.501
Malva		56.110		57.111
Mamona		387.641		299.909
Mandioca		1.812.721		20.752.030
Milho		12.272.608		21.590.181
Pimenta-do-reino	(2)	2.087		2.453
Rami		4.300		8.815
Sisal		322.856		205.567
Soja		9.467.664		15.959.322
Sorgo granífero		161.638		317.197
Tomate		44.776		1.532.724
Trigo		1.838.839		1.899.705
Uva		55.969		602.805

FONTE — IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Informações referentes a estados responsáveis, em conjunto, por menos de 50% da produção do país. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.